



Pesquisa de Informações Básicas Estaduais ESTADIC



Pesquisa de Informações Básicas Municipais MUNIC

2021

Rio de Janeiro, dezembro de 2022

A MUNIC foi criada em 1999 e a ESTADIC em 2012 com o **objetivo** de suprir as demandas por informações desagregadas, nos níveis municipal, distrital e estadual, sobre a administração pública, que pudessem contribuir para o planejamento e aprimoramento da gestão pública.

As **unidades de investigação** são os governos estaduais, distritais e municipais através de seus diferentes setores.

Abrangência: 27 Unidades da Federação, 5.568 municípios e 2 distritos (Distrito Federal e Fernando de Noronha).

A **periodicidade** das pesquisas é anual, com um rodízio de temas, de modo que, a cada gestão haja informações sobre as principais políticas públicas, ao menos 1 vez a cada 4 anos.

A partir de 2020 a **coleta** das pesquisas passou a ser 100% remota.

ESTADIC

Questionário editável - Responsabilidade dos supervisores estaduais que coordenam as atividades em suas respectivas Unidades da Federação.

MUNIC

Sistema Web – os informantes das prefeituras responsáveis pelo preenchimento do questionário são cadastrados e recebem por e-mail o link do questionário, login e senha.

Questionário editável - enviado por e-mail pelo agente de coleta da Agência do IBGE responsável pelo município ao informante da prefeitura que o preenche e devolve por e-mail.

2021 - TEMAS INVESTIGADOS

ESTADIC

	RECURSOS HUMANOS
	EDUCAÇÃO
	CULTURA
	ESPORTE
	SAÚDE

MUNIC

	PERFIL DO GESTOR
	RECURSOS HUMANOS
	LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO
	EDUCAÇÃO
	CULTURA
	ESPORTE
	SAÚDE
	COVID - 19

PERFIL DO GESTOR

I – SEXO

II – IDADE

III – COR/RAÇA

IV - ESCOLARIDADE

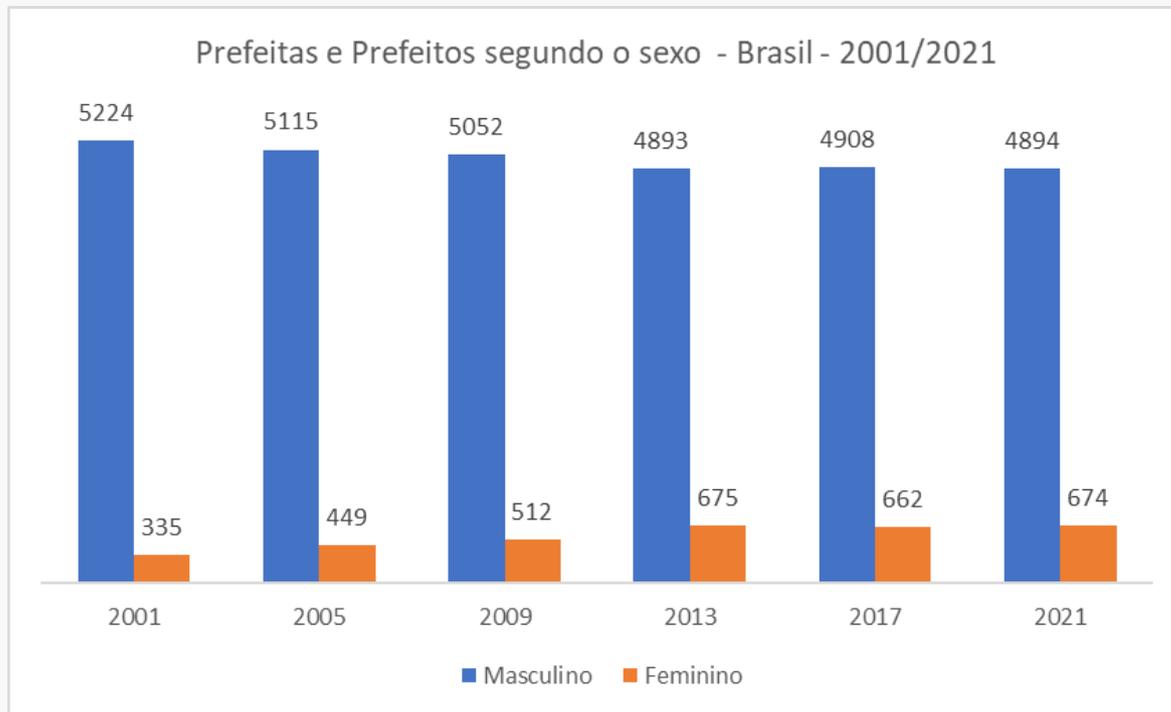
I - SEXO

PREFEITOS

2001: 94,0%
2021: 87,9%

PREFEITAS

2001: 6,0%
2021: 12,1%



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001/2021

I - SEXO

Grandes Regiões

Nordeste: em todos os anos a Região Nordeste apresentou o maior percentual.

Sul: menores percentuais da série desde 2001. Em 2021 a Região Sudeste foi a que apresentou o menor.

Estados

Maiores percentuais:

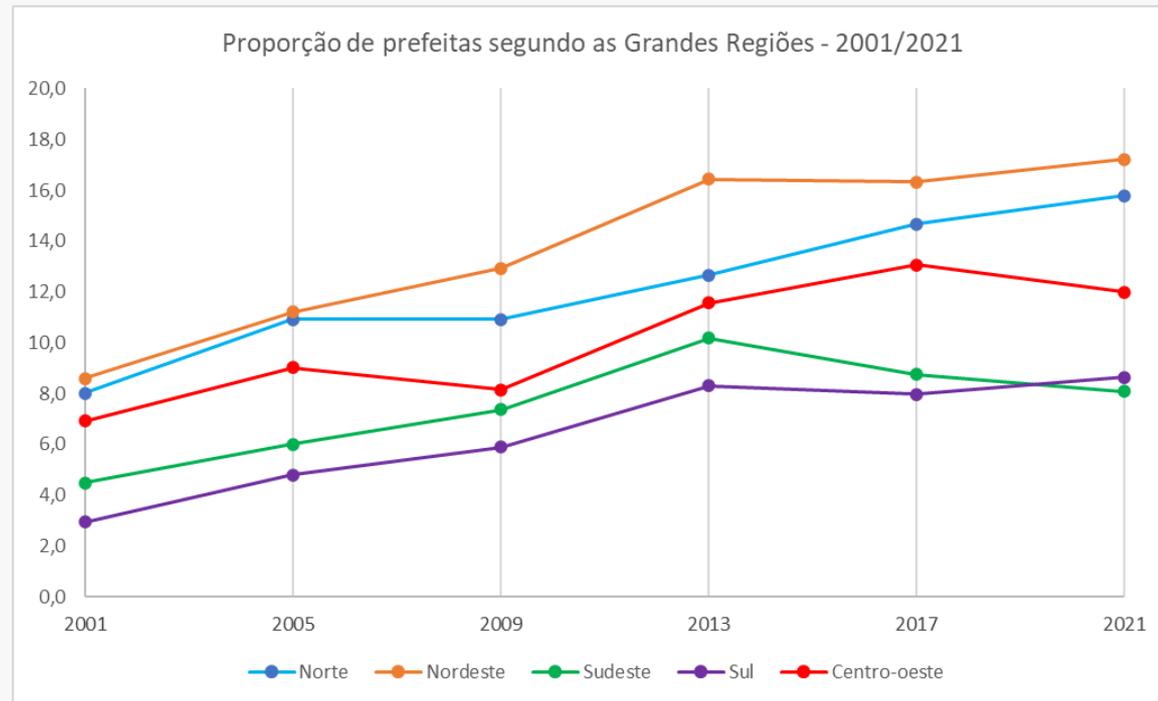
Roraima (26,7%), Rio Grande do Norte (22,8%), Maranhão (22,1%), Alagoas (21,6%) e Pará (20,1%).

Menores percentuais:

Espírito Santo (2,6%), Amapá (6,3%), Minas Gerais e Rio Grande do Sul (7,4%) e Mato Grosso do Sul (7,6%).

Classes de tamanho da população:

Dos 49 Municípios com mais de 500 000 habitantes havia prefeitas em 2: Contagem e Juiz de Fora (MG).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001/2021

- Idade média: 50 anos (a maior já registrada desde 2001, quando era de 48,7 anos).
- As Prefeitas eram um pouco mais jovens, com média de 48,9 anos e os prefeitos com 50,2 anos.
- A menor média era a da Nordeste: 48,6 anos.
- Havia 100 gestores com até 29 anos de idade, sendo que 54 deles estavam na Região Nordeste.
- A Região Sul apresentou a maior média de idade: 51,5 anos.
- Estados com as maiores médias de idade: Mato Grosso do Sul (52,1 anos) e Paraná (51,6 anos);
- Estados com as menores médias de idade: Roraima (43,4 anos) e Rio Grande do Norte (46,3 anos).
- Foram identificados(as) 1 090 gestores com 60 anos ou mais de idade (19,6%), o que representa um aumento de 32,8% nos últimos 20 anos da pesquisa (em 2001 eram 733). Foi também registrada a existência de 16 prefeitos(as) com 80 anos ou mais.

II - IDADE



Municípios segundo a faixa de idade do(a) prefeito(a) - 2021



Cor/raça

A maioria informou ser de cor branca (68,8%), sendo seguida da cor ou raça preta ou parda (30,6%), enquanto indígena e amarela somaram 0,6%.

Grandes Regiões

Sul e Sudeste: 94,6% e 80,3% de gestores brancos.

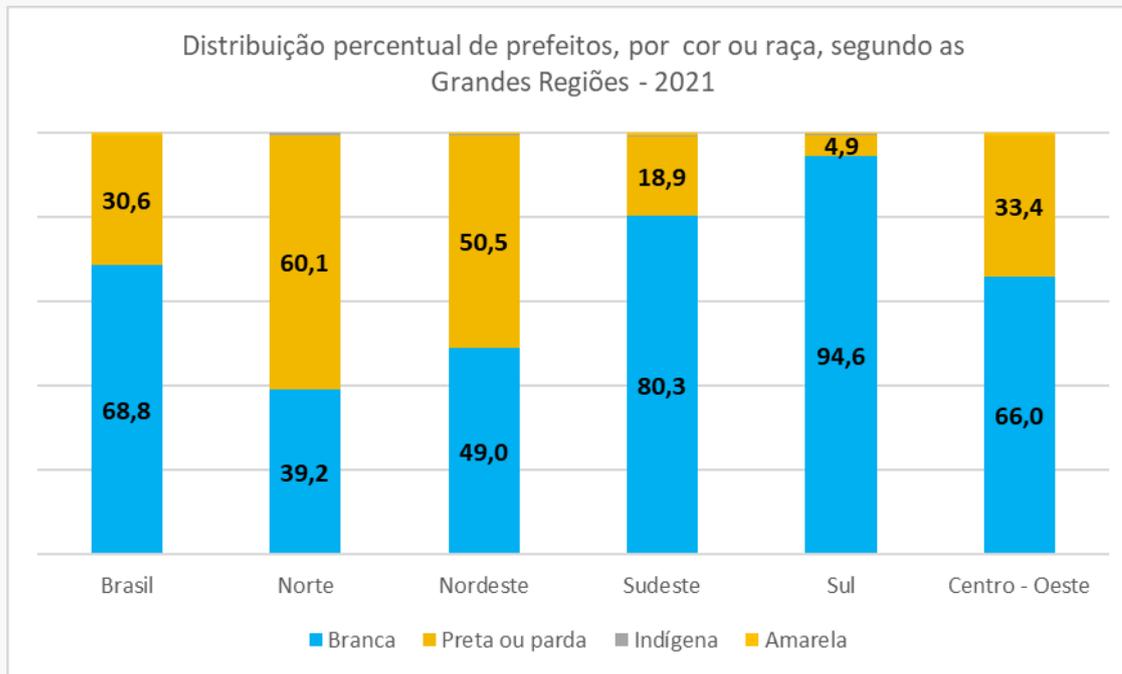
Norte e Nordeste: 60,1 e 50,5%, de gestores pretos e pardos.

Estados

Maiores proporções da cor branca (acima de 84,5%): Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

Maiores proporções das cores preta e parda: Acre, Roraima, Amazonas, Pará, Tocantins, Maranhã, Piauí, Sergipe e Bahia.

III – COR / RAÇA

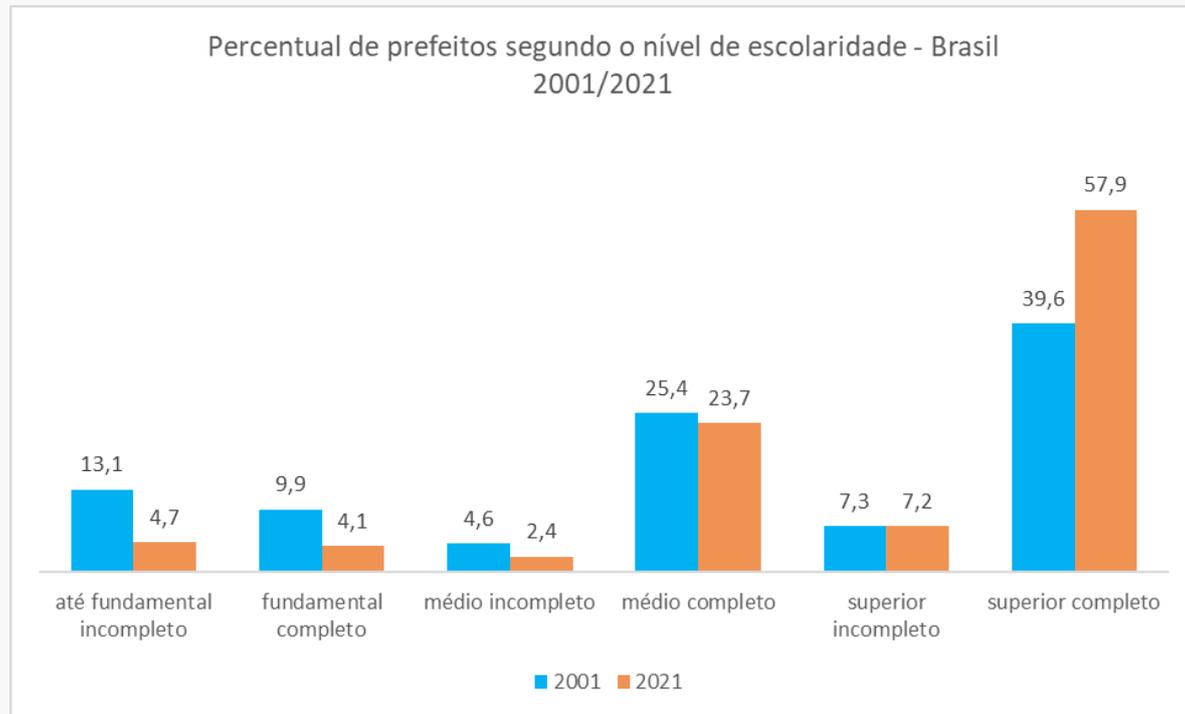


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2021

IV – ESCOLARIDADE

Escolaridade

- 3.224 gestores(as) municipais tinham curso superior completo, sendo que 15,6% desse total possuíam especialização, mestrado ou doutorado. Comparando com 2017, houve um aumento de 195 prefeitos(as) com curso superior completo e de 167 com pós-graduação.
- Nos últimos 20 anos o número de prefeitos(as) com título universitário vem aumentando, enquanto os níveis mais baixos de escolaridade diminuindo. A partir de 2013 mais da metade tinham curso superior completo (52,5%).
- A maior parcela de prefeito(a)s com o ensino superior completo estava na Região Sudeste, 59,5%, e a menor na Região Norte, 51,7%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001/2021

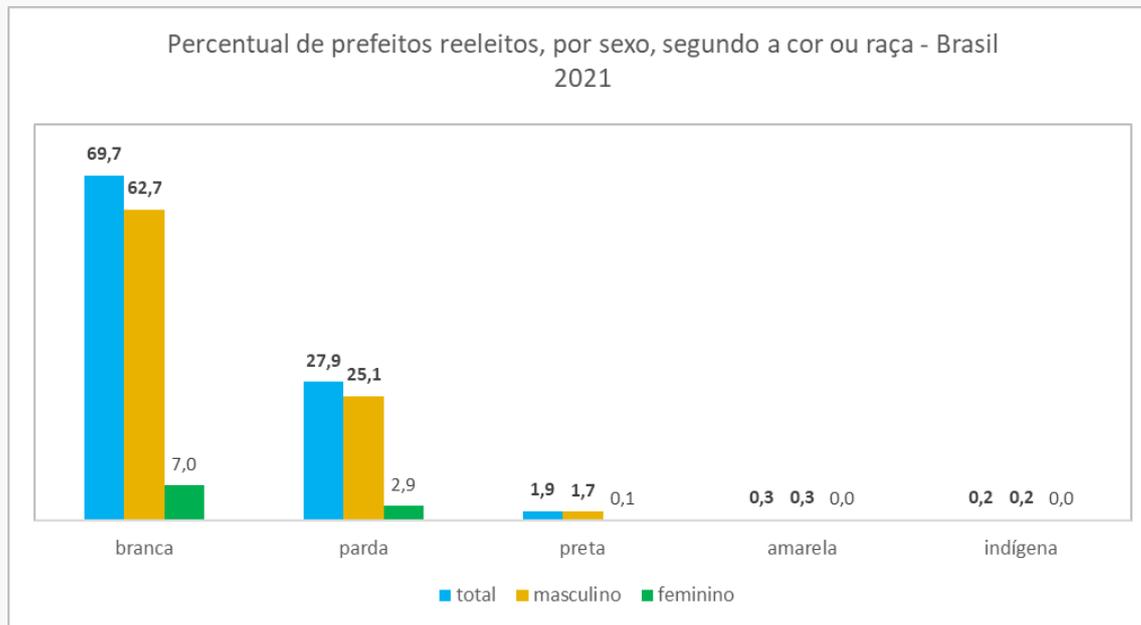
Prefeitos reeleitos

2.315 gestores(as) foram reeleitos(as): 2.083 homens e 232 mulheres, o que representa 41,6% do total dos prefeitos(as) em exercício em 2021, sendo 90,0% homens e 10,0% mulheres.

De 2017 a 2021 esse aumento foi de 61,2%.

A idade média dos(as) prefeitos(as) reeleitos(as) era de 59,4 anos, sendo a maior de 87 e a menor de 42.

Quanto à escolaridade e cor ou raça dos gestores reeleitos alinham-se às características gerais de 2021.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2021

PERFIL DOS GESTORES DAS POLÍTICAS SETORIAIS

MUNICÍPIOS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

I – SEXO
III – COR/RAÇA
IV - ESCOLARIDADE

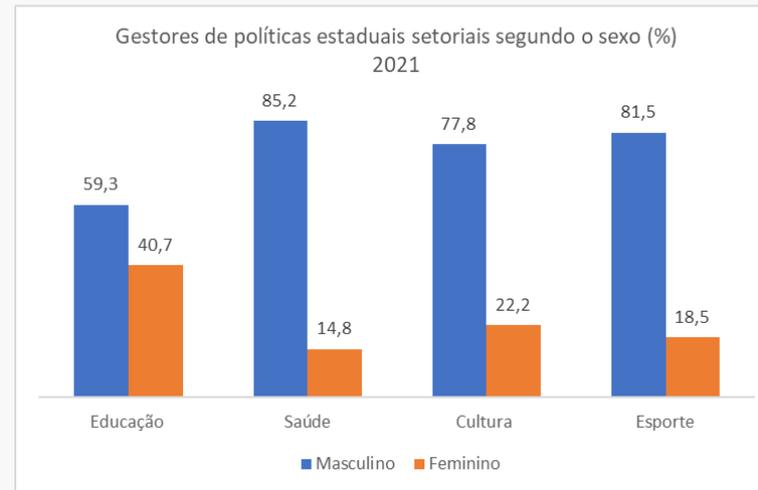
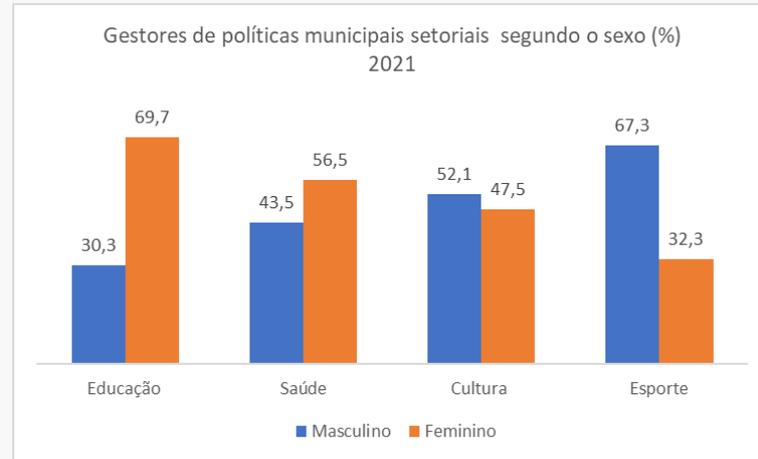
Gestores das políticas setoriais por sexo - 2021

Municípios

Maioria feminina nas pastas de Educação e Saúde.

Unidades da Federação

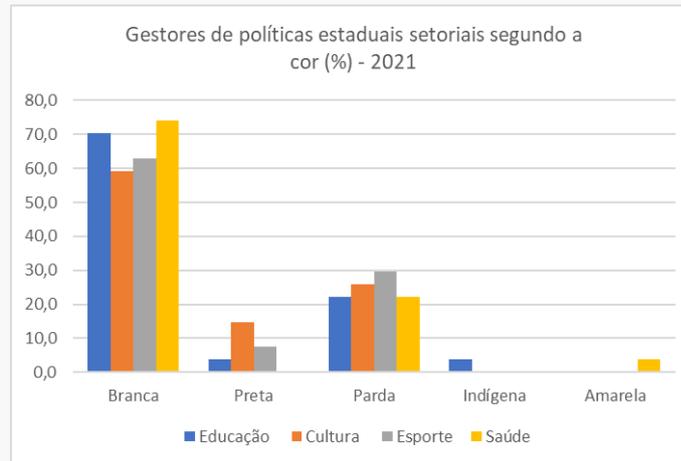
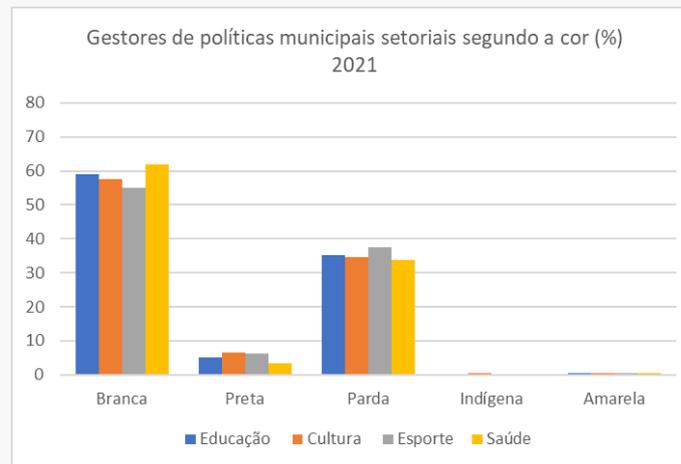
Maioria masculina em todas as pastas.



Gestores das políticas setoriais por cor/raça - 2021

Municípios e Unidades da Federação

Maioria masculina em todas as pastas



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2021

Gestores das políticas setoriais por escolaridade - 2021

Municípios

Níveis de escolaridade mais altas nas pastas de Educação e Saúde.

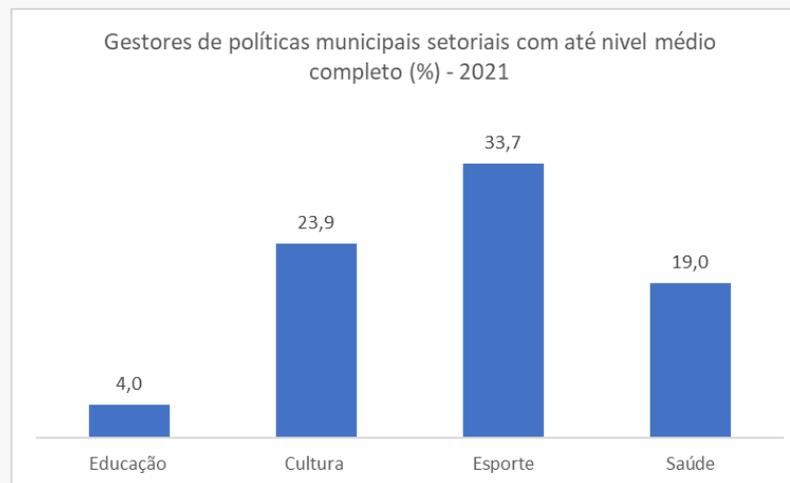
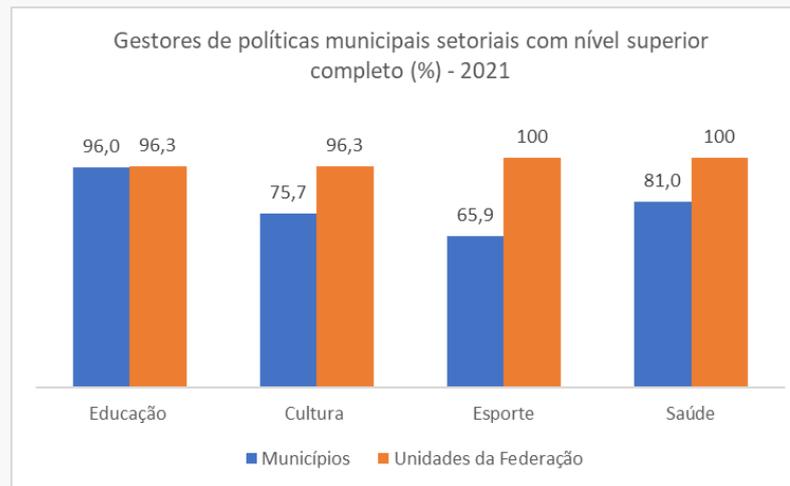
Mais baixas (até nível médio completo): Esporte e Cultura.

Unidades da Federação

Escolaridade mais baixa:

2 Superior incompleto

1 Médio completo



RECURSOS HUMANOS

Recursos humanos na Administração Pública Municipal

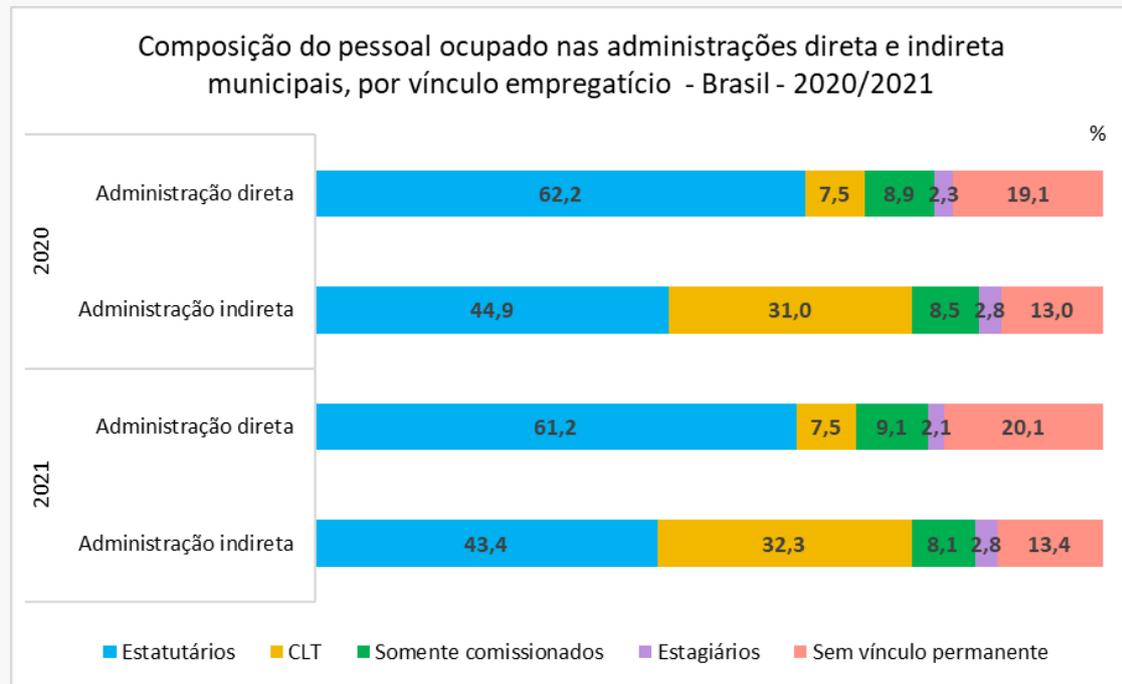
- Em 2021, o número de pessoas ocupadas na administração direta e indireta era 6.609.557, representando 3,1% da população estimada do País para o mesmo período, cujo total era 213.317.639 habitantes.
- Em 2021, a proporção de servidores municipais na administração direta representava 95,6% (6.320.413) do total, e a administração indireta respondia por apenas 4,4% (289.144) do pessoal das administrações públicas municipais.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2021

Composição dos recursos humanos na Administração Pública Municipal

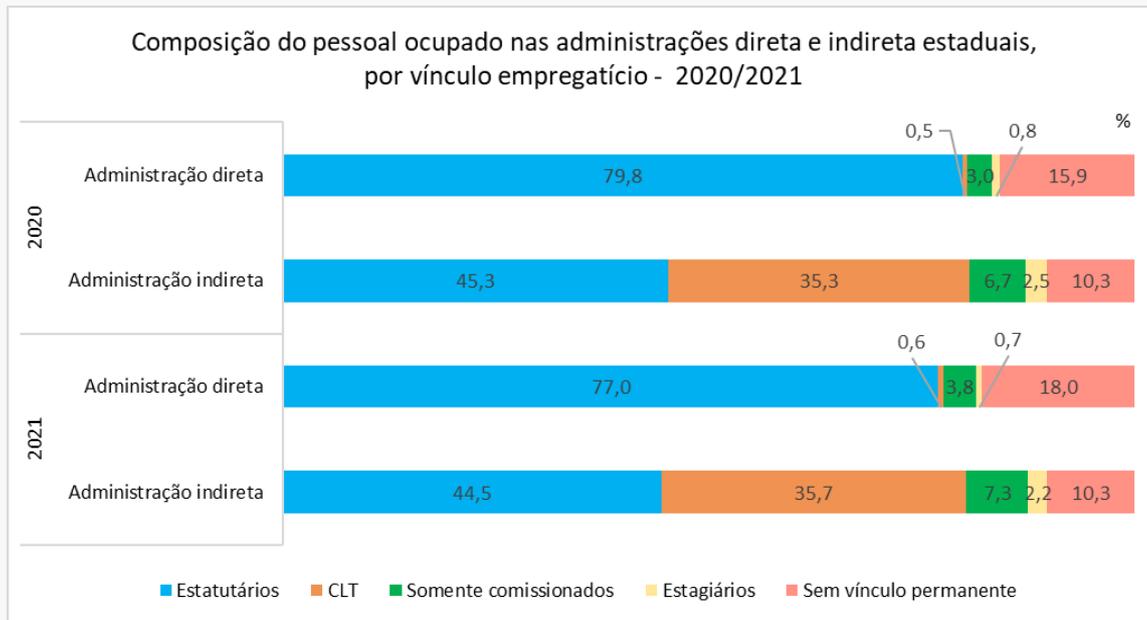
- A administração direta era composta, em sua maioria, por estatutários, embora tenha ocorrido um pequeno decréscimo da representatividade desse tipo de vínculo no período, passando de 62,2%, em 2020, para 61,2%, em 2021.
- A participação do pessoal sem vínculo permanente que, em 2020, era 19,1% do total, subiu para 20,1% em 2021.
- Na administração indireta, os estatutários estavam também em maior proporção (43,4%), mas a participação dos celetistas (32,3%) era bem maior do que na administração direta.
- Os sem vínculo permanente representavam 13,4% (38 564), em 2021, e 13,0% (37 104), em 2020. Os somente comissionados eram 8,1% (23 384), em 2021, e 8,5% (24 193), em 2020.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2020/2021

Recursos Humanos na Administração Pública Estadual

- A administração direta era composta, em sua maioria, por estatutários: 79,8% (1 977 758) do pessoal ocupado, em 2020, e 77,0% (1 905 285), em 2021. As maiores proporções foram registradas por estatutários e sem vínculo permanente.
- Na administração indireta, verifica-se que os estatutários também eram maioria: 45,3% (187 130), em 2020, e 44,5% (185 449), em 2021. Contudo, as proporções predominantes são de estatutários e celetistas.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2020/2021

LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

APENAS MUNICÍPIOS

De acordo com o Artigo 41 do Estatuto da Cidade, uma das prerrogativas para a obrigatoriedade do Plano Diretor é que o Município tenha mais de 20.000 habitantes (prazo limite: outubro de 2006).

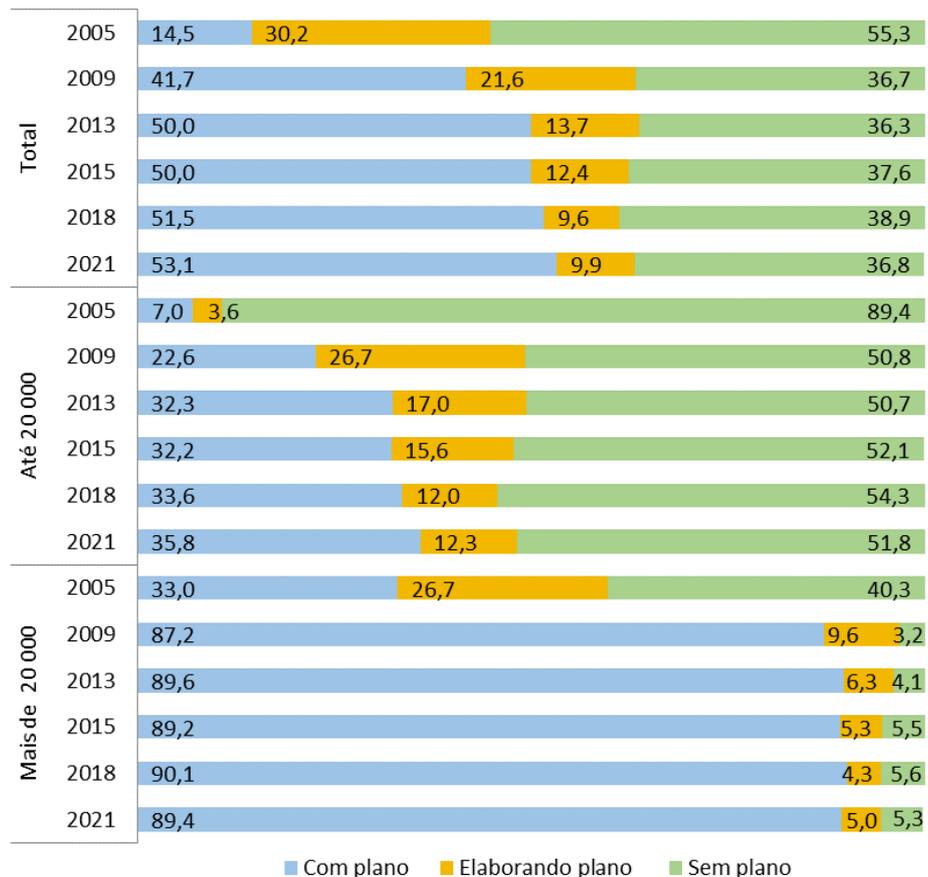
Total de Municípios com mais de 20.000 habitantes em 2021: 1.800

Com Plano Diretor: 1.615 (89,4%)

Sem Plano Diretor: 185 (10,3%)

Destes, 90 (5,0%) afirmaram que o plano estava em elaboração.

Proporção de Municípios por situação do Plano Diretor e classes de tamanho da população dos municípios selecionados - Brasil - 2005/2021



Além do Plano Diretor, a MUNIC investigou a existência de outros 21 instrumentos de planejamento, questionando se a legislação é específica ou se faz parte do Plano Diretor.

Assinale se o município possui os instrumentos relacionados abaixo:

Atenção:

Assinalar, 1 - Sim, com legislação específica, quando o instrumento for tratado apenas em legislação específica, ou simultaneamente em uma legislação específica e no Plano Diretor.

Assinalar, 2 - Sim, como parte integrante do Plano Diretor, quando apenas o Plano Diretor contemplar algum dos instrumentos relacionados.

2 - Legislação sobre área e/ou zona especial de interesse social

1 Sim, com legislação específica →

2.1 - Ano da lei:

2 Sim, como parte integrante do Plano Diretor

3 Não

3 - Legislação sobre área e/ou zonas de interesse especial

1 Sim, com legislação específica →

3.1 - Ano da lei:

2 Sim, como parte integrante do Plano Diretor

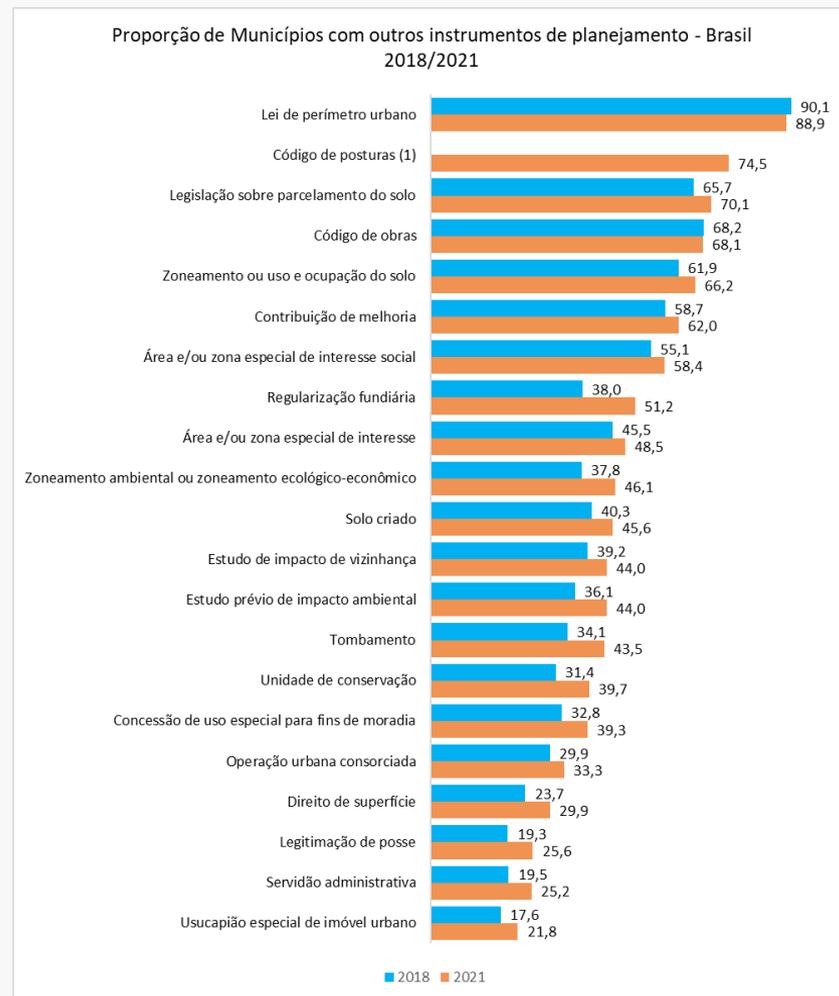
3 Não

Outros instrumentos de planejamento, seja como parte integrante do Plano Diretor, ou como legislação específica:

5.372 Municípios (96,4%) tinham pelo menos um dos dispositivos.

190 (3,4%) não tinham nenhum deles.

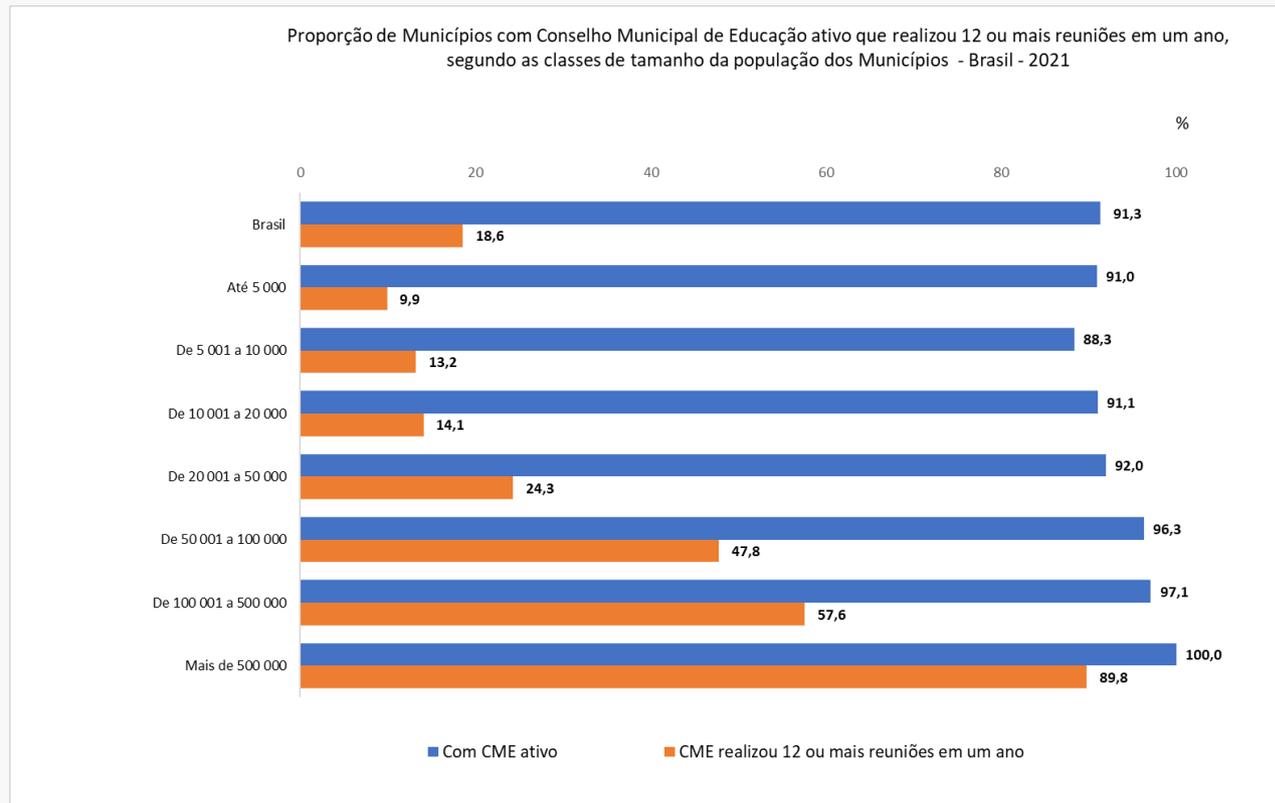
Em 2018 e 2021, em todas as classes de tamanho da população dos Municípios, os percentuais eram superiores a 94,0%.



EDUCAÇÃO

Conselho Municipal de Educação

- Observa-se um crescimento sistemático do número de Municípios com conselhos, passando de 92,8% em 2018 para 94,9% em 2021.
- No entanto, o percentual dos Municípios nos quais o CME realizou 12 ou mais reuniões ao longo de um ano atingiu somente 18,6%.



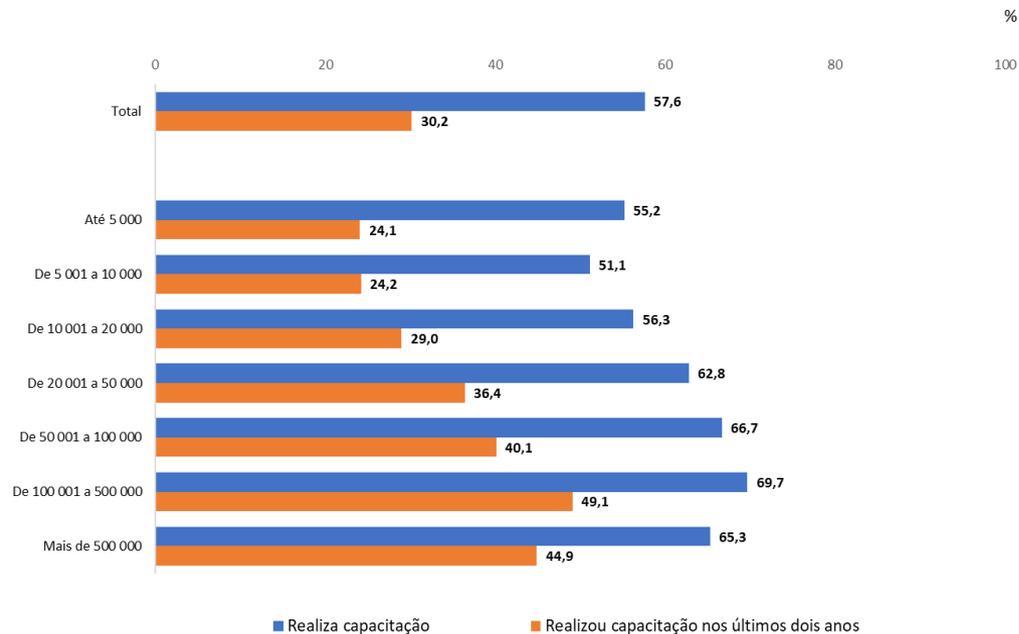
Capacitação de Conselheiros – MUNIC

A prática de apoio à capacitação dos conselheiros ainda não estava difundida em 2021.

Cerca de metade dos Municípios (50,8%) informou realizar capacitação dos membros do Conselho Municipal de Educação

Apoio à formação dos conselheiros do Conselho de Controle e Acompanhamento do Fundeb em 2021: 57,6%

Proporção de Municípios que realizaram capacitação, nos últimos 2 anos, para os membros dos Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do FUNDEB, segundo as classes de tamanho da população dos Municípios - Brasil - 2021



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2021

Capacitação dos membros dos Conselhos Estaduais

- A realização de capacitação dos conselheiros ainda não estava difundida em 2021.

Das 27 Unidades da Federação, não a fizeram:

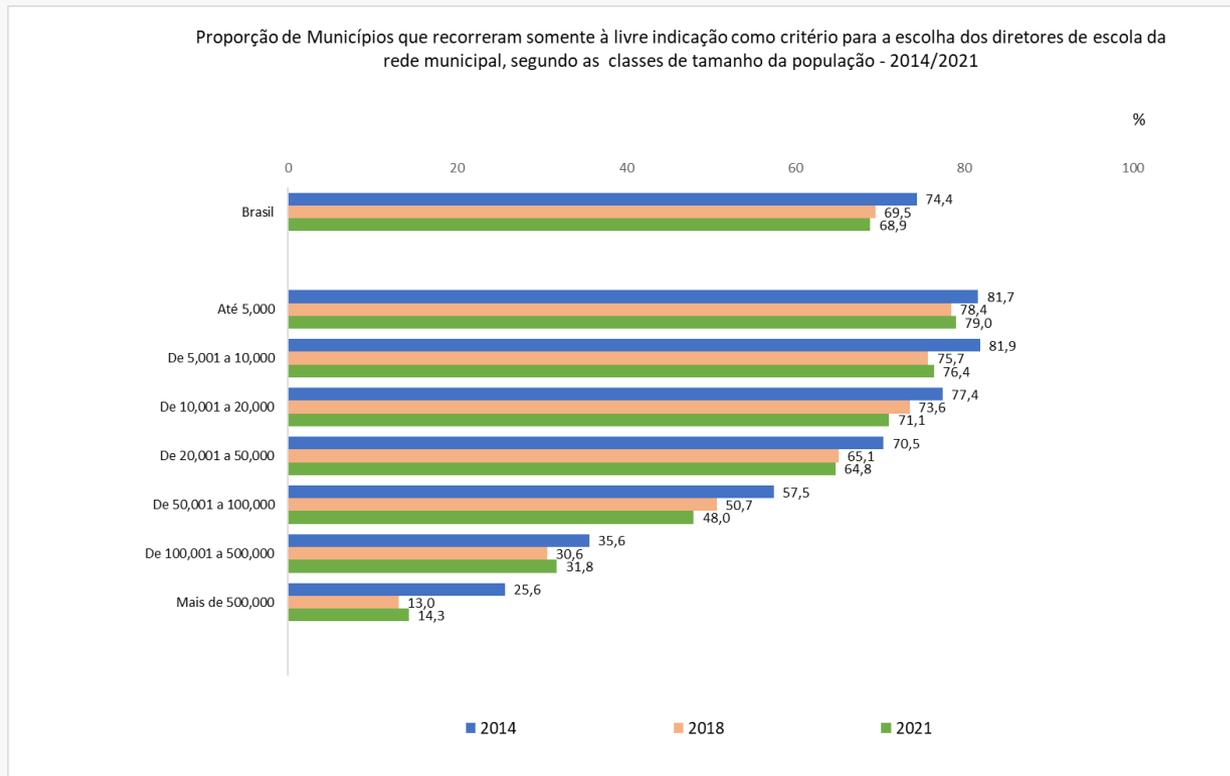
- Conselho Estadual de Educação: 14
- Conselho Estadual de Controle e Acompanhamento do Fundeb: 6
- Conselho Estadual de Alimentação Escolar: 11

Nos últimos 2 anos

- A capacitação foi proporcionada nos dois anos anteriores à pesquisa somente em 9, 13 e 10 Unidades da Federação relativamente aos três respectivos Conselhos Estaduais (Educação, Fundeb e Alimentação).
- Tocantins e Pernambuco foram os únicos estados que realizaram capacitação, nos últimos dois anos, dos conselheiros dos três Conselhos Estaduais mencionados.

CrITÉrios para seleÇão dos diretores de escola na rede municipal

- 68,9% dos MunicÍpios recorreram somente à indicaÇão como critÉrio para a escolha dos diretores de escola da rede municipal.
- Houve interrupÇão no ritmo de queda desse indicador, que sofreu uma reduÇão de 4,9 pontos percentuais de 2014 a 2018 e somente 0,6 pontos percentuais entre 2018 e 2021.
- O uso exclusivo de indicaÇão como critÉrio para selecionar os diretores de escola era 5,5 vezes mais frequente entre os MunicÍpios menos populosos comparados aos mais populosos.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2021

Critérios para seleção dos diretores de escola na rede estadual

Segundo a ESTADIC 2021, a escolha dos diretores das escola da rede estadual obedeceu os seguintes critérios:

Eleição: 17 UFs

Livre indicação: 13 UFs

Processo seletivo: 9 UFs

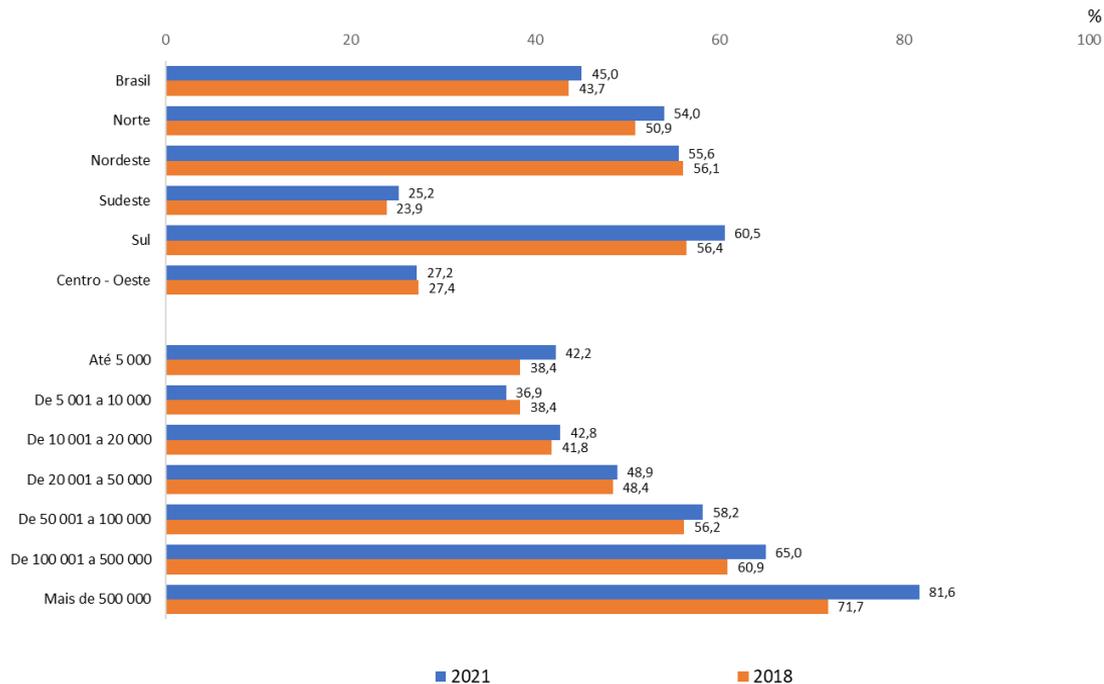
Concurso público: 2 UFs

- Amapá e Tocantins: livre indicação
- Rondônia, Pará, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul: livre indicação e eleição
- Maranhão, Piauí, Ceará e Alagoas: livre indicação, eleição e processo seletivo.
- Sergipe: indicação e processo seletivo
- Mato Grosso do Sul e Goiás recorreram à livre indicação como uma das formas de escolha de diretores, dois Estados a mais do que 2018.
- Concurso público foi a opção de Pernambuco e São Paulo (em SP houve também livre indicação)

Fórum Permanente de Educação nos Municípios

- O FPE estava presente em apenas 45,0% dos Municípios, proporção ligeiramente superior à de 2018 (43,7%).
- As regiões Sudeste e o Centro-Oeste permaneceram com as menores proporções de Municípios com FPE: 25,2% e 27,2%, respectivamente.
- Nos Municípios de maior porte, a proporção de com FPE atingiu quase o dobro do encontrado nos de menor porte: 81,6% e 42,2%, em 2021, respectivamente.

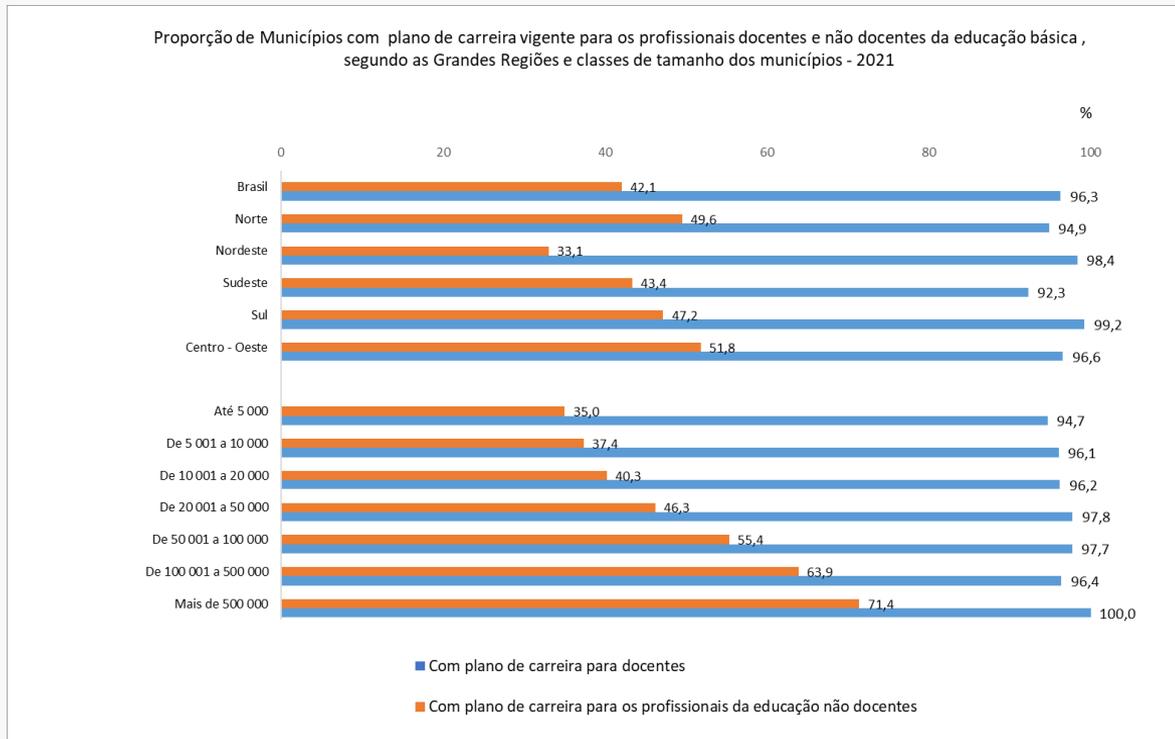
Proporção de municípios com Fórum Permanente de Educação, por Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos Municípios - Brasil - 2018/2021



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2021

Plano de carreira vigente para profissionais da educação na rede municipal

- Em 2021, a maioria dos Municípios aprovou plano de carreira para o magistério, 96,3%.
- Contudo, é baixa a proporção dos que possuíam plano de carreira vigente para os profissionais da educação que não pertenciam aos quadros do magistério: 42,1% .
- Em 2018, esses valores eram 95,7% e 38,8%, respectivamente.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2021

Professores com jornada de 40 horas semanais na rede municipal

- Na MUNIC 2021, 68,0% dos Municípios possuíam professores com jornada de 40 horas semanais, ou seja, 32,0% ou 1 780 não tinham professores 40 horas na rede pública de educação básica.
- Os Estados com as menores proporções de Municípios com professores 40 horas em suas redes da educação básica pública eram: Roraima (26,7%), Minas Gerais (25,2%) e Rio de Janeiro (15,2%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2021

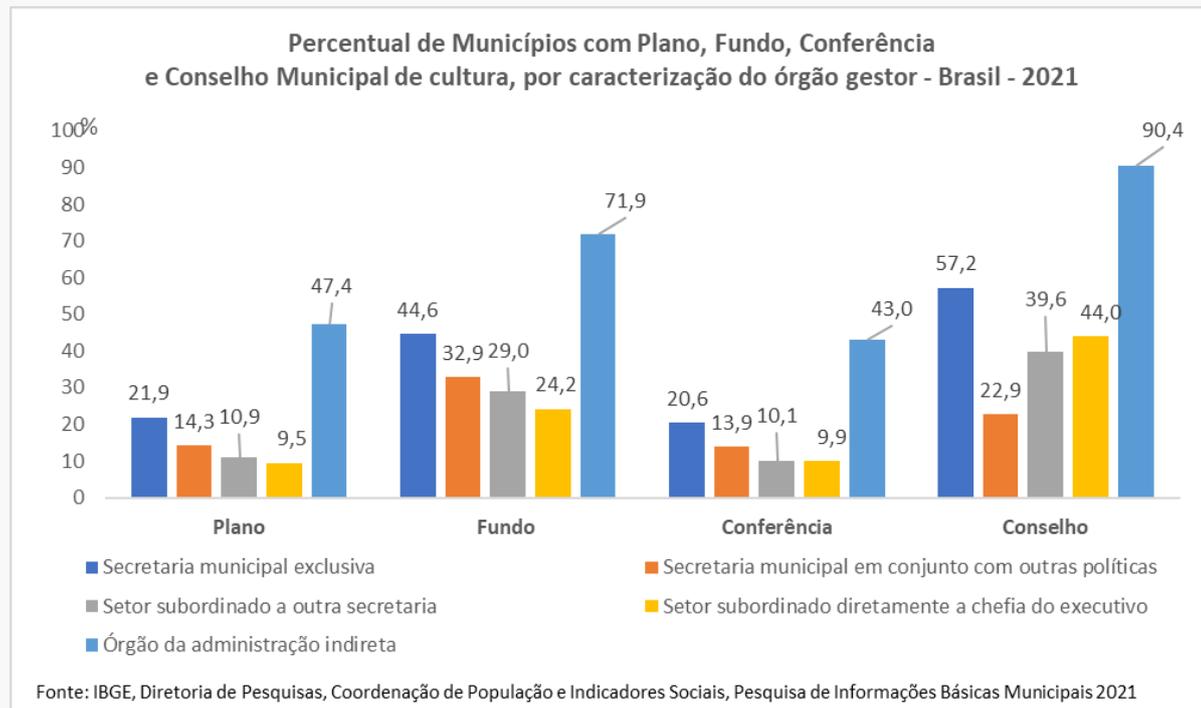
Professores com jornada de 40 horas semanais na rede estadual

- Acre, Minas Gerais e Mato Grosso informaram não possuir professores com jornada semanal de 40 horas em suas redes públicas estaduais de educação básica, em virtude de não haver legislação estadual que defina essa carga horária nos casos de MG e MT.
- Entre as 25 Unidades da Federação com professores de 40 horas semanais, 5 afirmaram não cumprir o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica – PSPN (valor igual ou superior a R\$ 2.886,24 mensais no momento da pesquisa) para todos os professores com essa jornada de trabalho: Pará, Ceará, Paraíba, Rio de Janeiro e São Paulo.
- Em 11 Unidades da Federação não havia definição do PSPN em lei, três a mais do que em 2018.

CULTURA

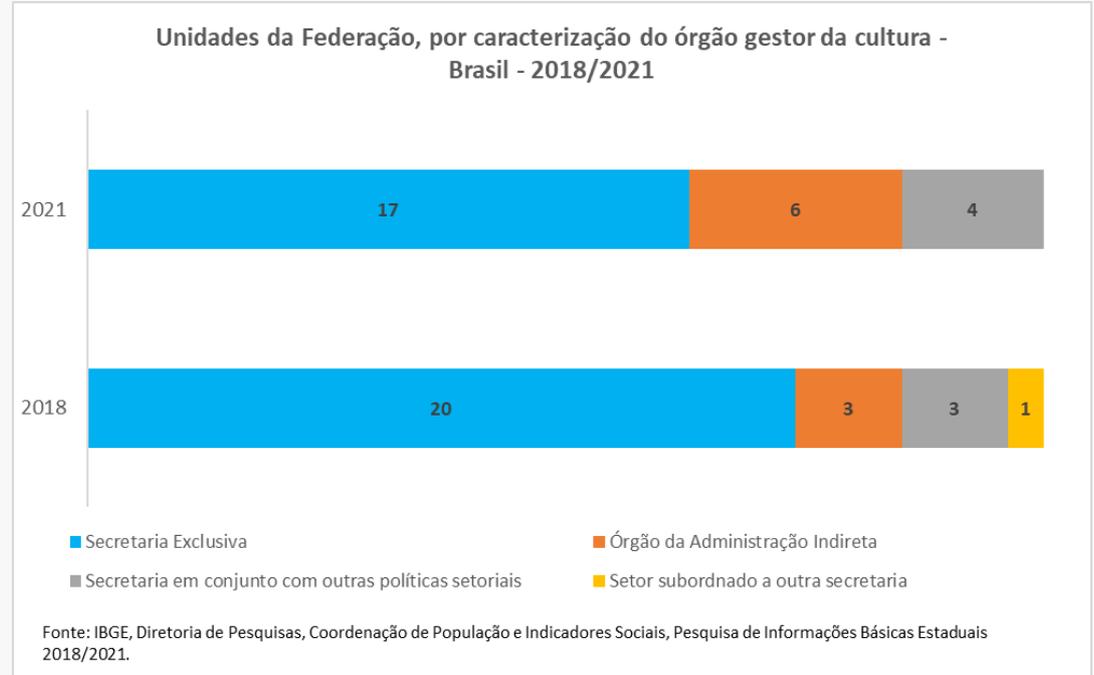
Estrutura e instrumentos da gestão municipal da cultura

- Em 2021, 98% dos Municípios possuíam algum tipo de estrutura da gestão municipal da cultura.
- Houve a predominância de secretarias municipais em conjunto em 73,5% dos Municípios que apresentaram algum tipo de estrutura.
- Verifica-se, no Gráfico 2, a concomitância da existência de determinadas estruturas, como secretarias exclusivas e órgãos da administração indireta com maior presença dos instrumentos (Plano e Fundo), além de ser mais comum instâncias de participação social (Conferência e Conselho Municipal de Cultura).



Estrutura e instrumentos da gestão estadual da cultura

- A estrutura de gestão da cultura mais recorrente, presente em 17 Unidades da Federação era de secretaria exclusiva, cujo percentual foi de 63,0%.
- Em comparação a 2018, esse valor foi reduzido, já que eram 20 Unidades da Federação com a mesma estrutura.
- A segunda estrutura predominante entre as Unidades da Federação como forma de gerir a cultura foi a de órgão da administração indireta, com 6 Estados (22,2%) estando nessa situação.



Apoio financeiro dos Municípios às atividades culturais

- Entre 2018 e 2021, houve uma redução no número de Municípios que apoiaram financeiramente atividades culturais nos 12 meses anteriores à pesquisa, de 94,6% para 76,7% do total.
- Maior apoio financeiro foi para Festas, celebrações e manifestações tradicionais e populares, com 61,8% dos Municípios que concederam algum tipo de apoio.
- Em segundo lugar estão as Apresentações, oficinas, festivais ou *lives* musicais *online*, que contou com a ajuda financeira de 56% das municipalidades.

Percentual dos municípios que apoiaram financeiramente atividades culturais, por tipo de atividade - Brasil - 2018/2021

Atividades que receberam apoio financeiro	Municípios que apoiaram	
	2018 (%)	2021 (%)
Concurso ou prêmio	31,65	38,50
Apresentação musical	66,45	51,83
Publicações culturais	25,40	30,92
Eventos	80,10	51,85
Feira de livros	19,06	10,06
Programa radiofônico	9,44	7,89
Programa de televisão	2,81	2,31
Desfile de carnaval	32,30	5,24
Montagem de peças teatrais	31,99	17,37
Seminário, simpósio, encontro, congresso ou palestra	31,73	19,57
Festas, celebrações e manifestações tradicionais e populares	90,41	61,79
Apresentações, oficinas ou festivais de teatro online	-	20,54
Apresentações, oficinas, festivais ou lives musicais online	-	55,97
Apresentações, oficinas ou festivais de poesia ou literatura online	-	16,84
Apresentações, oficinas ou festivais de artes online	-	26,92
Outras atividades online	-	30,90
Total	5.267	4.104

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018/2021

Apoio financeiro das Unidades da Federação às atividades culturais

- Em 2021 que 26 Unidades da Federação concederam apoio financeiro a algum tipo de atividade cultural nos 12 meses anteriores a pesquisa.
- As atividades culturais mais apoiadas pelas gestões estaduais nos 12 meses anteriores à pesquisa foram as Apresentações/oficinas/festivais/*lives* musicais *online* e as Apresentações/oficinas/festivais de poesia/literatura *online*, cujo apoio foi realizado por 23 Unidades da Federação.
- 25 Unidades da Federação afirmaram ter concedido algum tipo de apoio não financeiro a atividades culturais, cuja a mais contemplada com recursos foi Apresentações/oficinas/festivais de artes online.

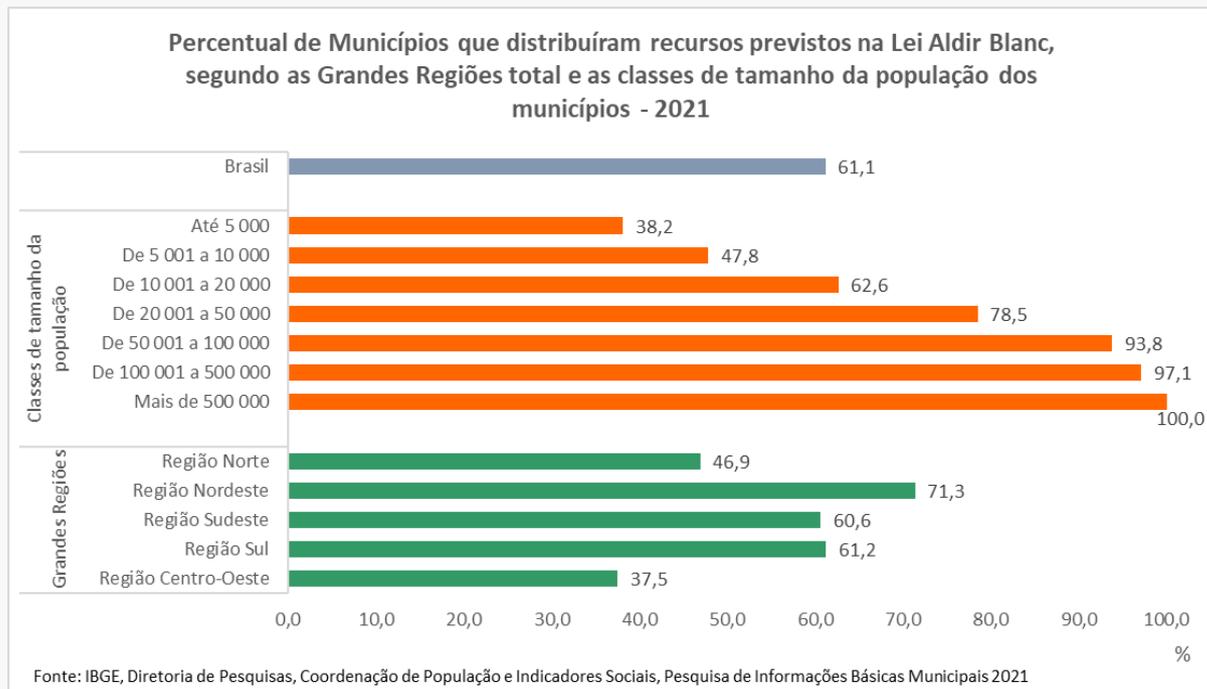
Número de Unidades da Federação que concederam apoio financeiro e não-financeiro nos 12 meses anteriores à pesquisa, por tipo de atividade cultural - Brasil - 2021

Tipos de atividades culturais	Número de UFs que concederam apoio às atividades culturais	
	Apoio financeiro	Apoio não-financeiro
Apresentações/oficinas/festivais/lives musicais online	23	15
Apresentações/oficinas/festivais de poesia/literatura online	23	17
Concurso/prêmio	22	12
Apresentações/oficinas/festivais de artes online	22	20
Apresentação musical	21	14
Eventos	21	16
Festas, celebrações e manifestações tradicionais e populares	21	15
Apresentações/oficinas/festivais de teatro online	20	16
Publicações culturais	19	12
Outras atividades online	18	13
Montagem de peças teatrais	15	13
Seminário/Simpósio/Encontro/Congresso/Palestra	15	19
Feira de livros	13	9
Programa de televisão	11	7
Programa radiofônico	8	8
Desfile de carnaval	6	2
Nenhuma das atividades	1	2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2021

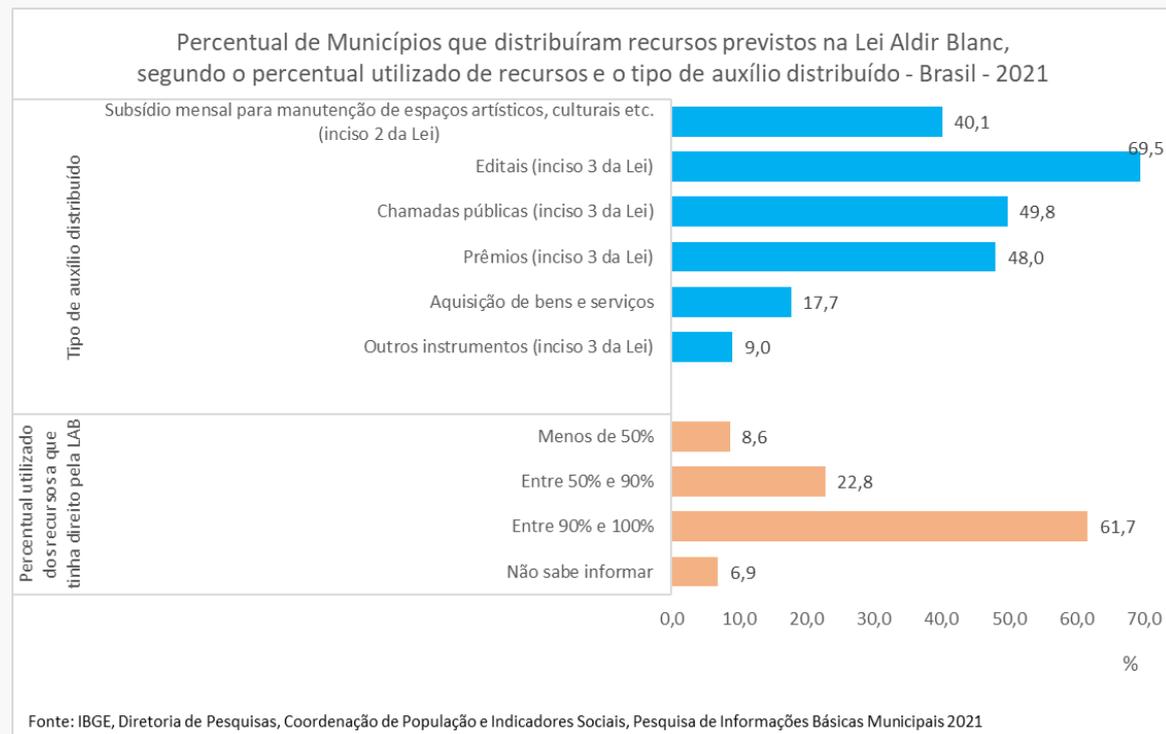
Distribuição dos recursos da Lei Aldir Blanc pelos Municípios

- Os resultados da MUNIC 2021 mostram que 61,1% dos Municípios realizaram a distribuição de recursos da Lei Aldir Blanc.
- A distribuição dos recursos se elevou na medida em que aumentava o porte dos Municípios, alcançando 100% dos acima de 500 mil habitantes.
- A região com maior número dos que distribuíram os recursos foi a Região Nordeste (71,3%), seguida da Região Sul (61,2%).



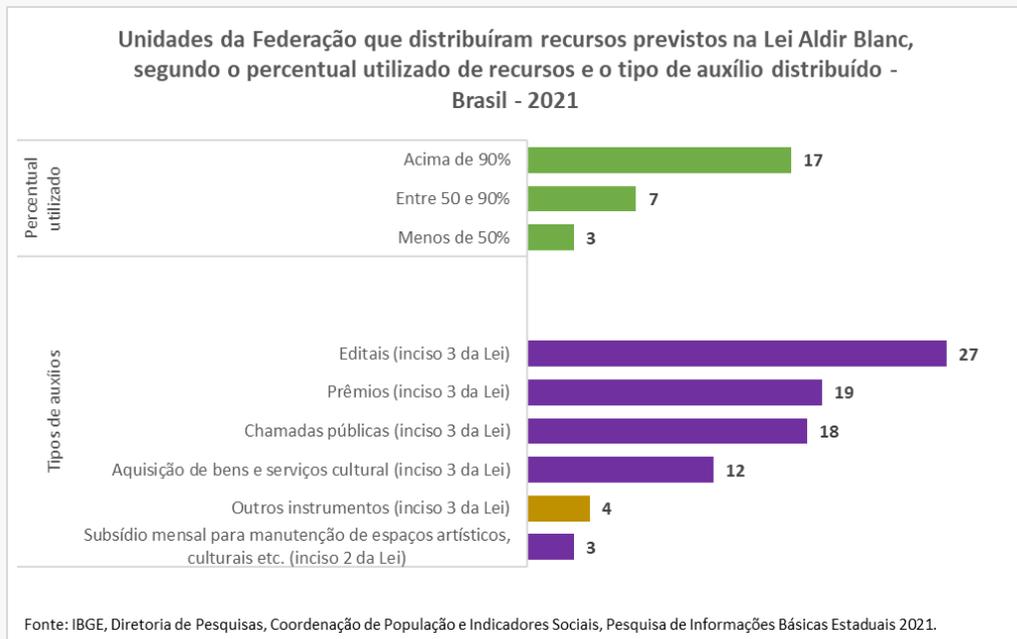
Características de utilização dos recursos da Lei Aldir Blanc pelos Municípios

- 61,7% dos Municípios que distribuíram recursos utilizaram entre 90% e 100% do total dos recursos que tinham direito pelos critérios da Lei.
- 69,5% dos que distribuíram recursos direcionaram os recursos para editais, conforme o inciso III da Lei Aldir Blanc, 49,8% para chamadas públicas e 48,0% para prêmios.



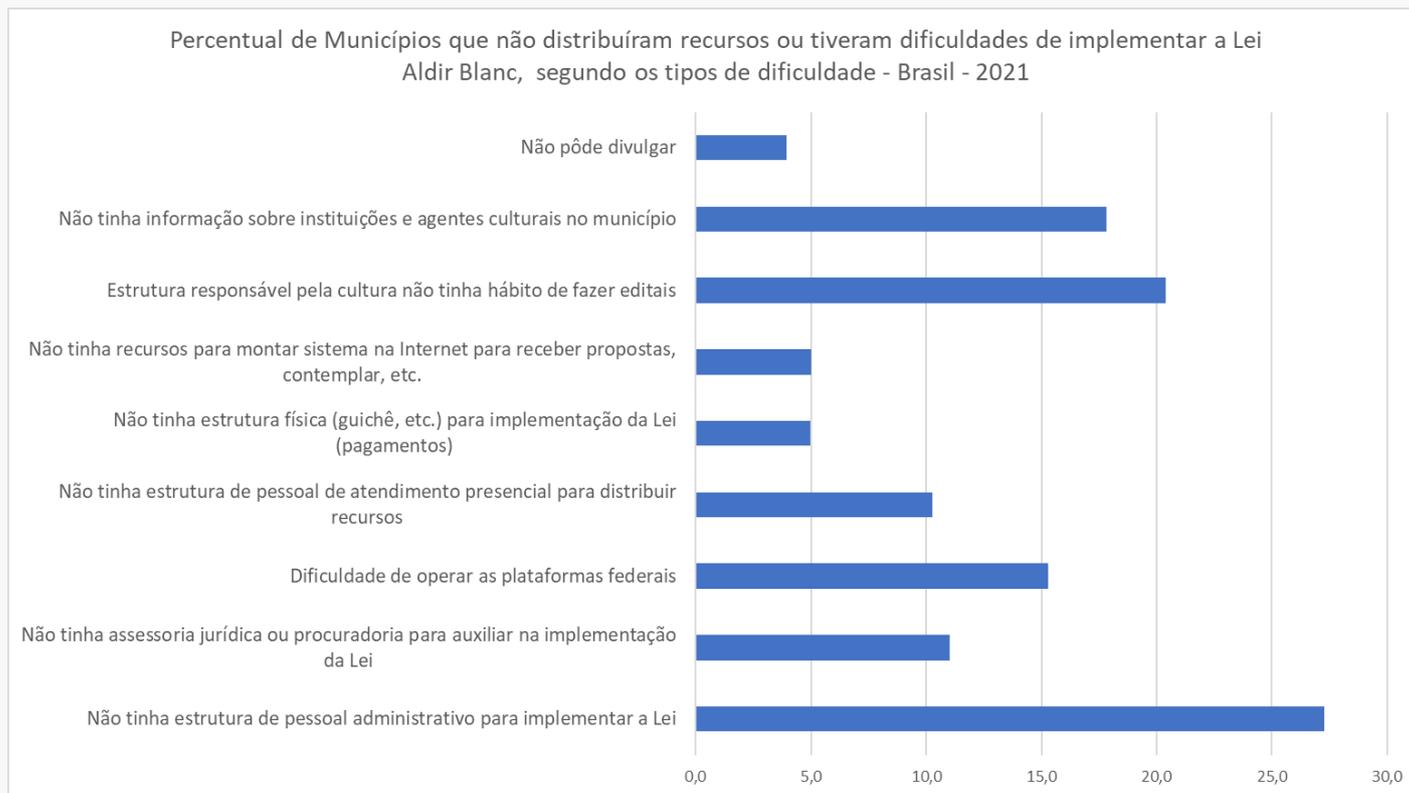
Características de utilização dos recursos da Lei Aldir Blanc pelas Unidades da Federação

- Em relação aos recursos que tinham direito, apenas Paraíba, Paraná e Santa Catarina afirmaram ter utilizado menos de 50% do total.
- 17 Unidades da Federação afirmaram ter utilizado acima de 90% do total dos recursos.
- O tipo de auxílio mais distribuído foram os editais.



Dificuldades dos Municípios para implementar ou não distribuir os recursos da Lei Aldir Blanc

- 51,8% dos Municípios afirmaram ter tido alguma dificuldade na implementação ou não conseguiram distribuir os recursos da lei.
- A Região Centro-Oeste foi a que apresentou maior percentual de Municípios que se encontraram nessa situação, com 71,9% do total, seguida pela Região Norte, com 66,2% do total.
- Por outro lado, a Região Nordeste foi a que apresentou menor percentual de Municípios nessa situação, com 43,6%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2021

Dificuldades das Unidades da Federação para implementar ou não distribuir os recursos da Lei Aldir Blanc

- Dentre as 27 Unidades da Federação, apenas 7 afirmaram ter tido alguma dificuldade para implementar a lei.
- De forma geral, os problemas enfrentados pelas Unidades da Federação dizem respeito à sua falta de estrutura, de pessoal ou física, para a adequada implementação da Lei Aldir Blanc.
- O Estado do Ceará foi o que elencou maior número de dificuldades na implementação da lei.

- Dificuldades mais frequentes:

Falta de estrutura de pessoal administrativo para implementar a Lei (CE, PE, MG e MT)

Falta de estrutura de pessoal de atendimento presencial para distribuir recursos (CE e MT)

Falta de estrutura física (guichê, etc.) para implementação da Lei (pagamentos) nem informação sobre instituições e agentes culturais no estado (CE)

ESPORTE

Estrutura na gestão do esporte nos Municípios

- Em 2021, 5 442 (97,7%) Municípios possuíam estrutura organizacional para tratar da política de esporte, mesma proporção encontrada em 2016.
- As Regiões Norte e Sul apresentaram os maiores percentuais (respectivamente, 98,2% e 98,0%) de municipalidades com tal estrutura, enquanto a Região Nordeste, o menor (97,3%).
- Quanto mais populosos os Municípios. maior a proporção dos que dispunham de estrutura, chegando a 100% naqueles com população situada nas faixas de 50 001 a 100 000 e de mais de 500 000 habitantes.
- Com relação à caracterização das estruturas organizacionais, 15,2% possuíam estrutura na forma de secretaria exclusiva; 68,2%, secretaria em conjunto com outra política; 9,3%, setor subordinado à outra secretaria; 6,4%, setor subordinado diretamente à chefia do executivo; e 1,0% órgão da administração indireta.

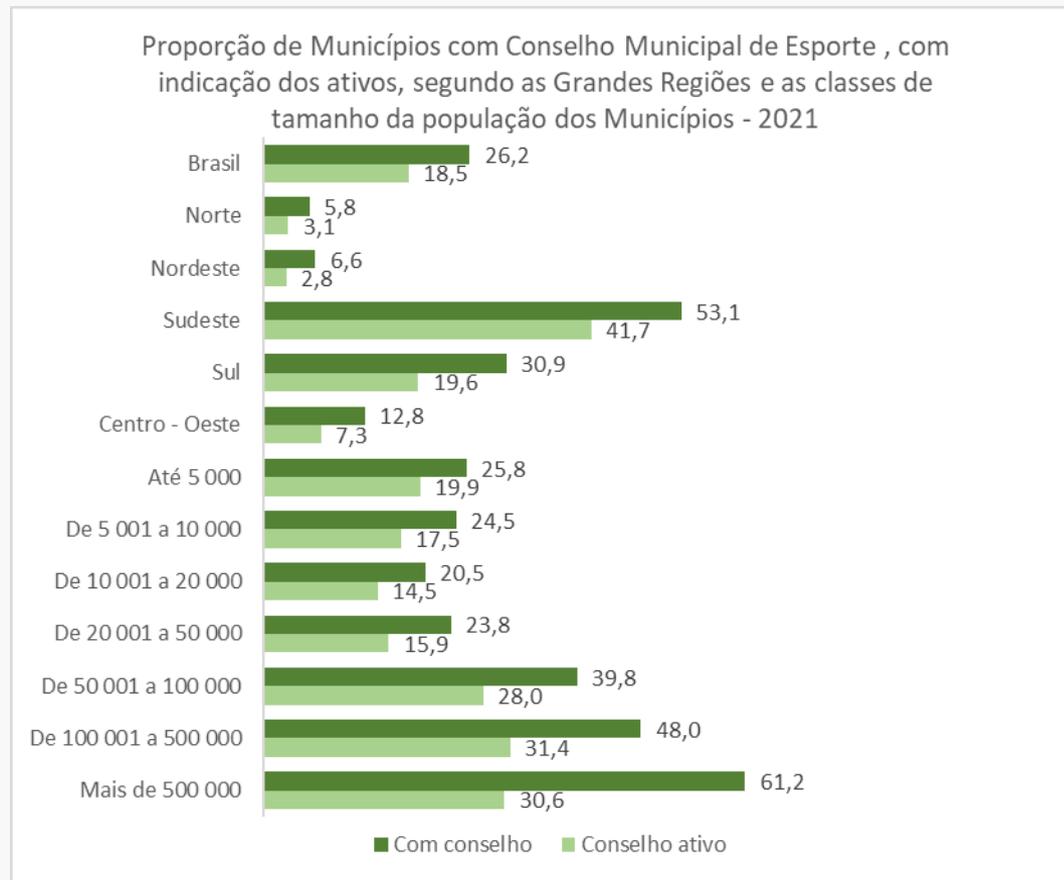
Classes de tamanho da população e Grandes Regiões	Municípios com estrutura na área do esporte (%)						Não possui estrutura (%)
	Total	Caracterização do órgão gestor					
		Secretaria exclusiva	Secretaria em conjunto com outras políticas	Setor subordinado à outra secretaria	Setor subordinado à chefia do executivo	Órgão da administração indireta	
Brasil	97,7	15,2	68,2	9,3	6,4	1,0	2,3
Até 5 000	95,0	11,6	67,9	12,5	8,0	-	5,3
De 5 001 a 10 000	97,0	12,8	69,3	10,0	7,9	0,1	3,1
De 10 001 a 20 000	98,7	13,6	70,1	9,8	6,1	0,3	1,3
De 20 001 a 50 000	99,0	15,1	69,6	8,1	5,8	1,4	0,6
De 50 001 a 100 000	100,0	21,2	68,4	4,5	3,1	2,8	-
De 100 001 a 500 000	99,6	36,2	54,7	1,4	1,4	6,2	-
Mais de 500 000	100,0	42,9	42,9	4,1	2,0	8,2	-
Grandes Regiões							
Norte	98,2	13,8	71,5	10,6	2,3	1,8	1,4
Nordeste	97,3	14,2	72,7	9,5	3,6	0,1	2,6
Sudeste	97,8	18,8	61,8	6,7	12,3	0,4	2,3
Sul	98,0	13,2	68,3	11,8	4,0	2,7	2,0
Centro-Oeste	97,6	12,5	70,6	9,6	5,9	1,3	2,4

Estrutura da gestão do esporte nas Unidades da Federação

- Assim como em 2016, todas as Unidades da Federação, em 2021, possuíam estrutura organizacional para tratar da política de esporte.
- Pará, Maranhão, São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal possuíam estrutura de secretaria exclusiva para gerir o esporte.
- 17 Unidades da Federação possuíam secretarias em conjunto com outras políticas para tratar do tema.
- Em Minas Gerais, a política de esporte era um setor subordinado a outra secretaria.
- Nos estados do Amazonas, Piauí, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, os órgãos gestores estavam ligados à administração indireta.

Conselho Municipal e Estadual de Esporte

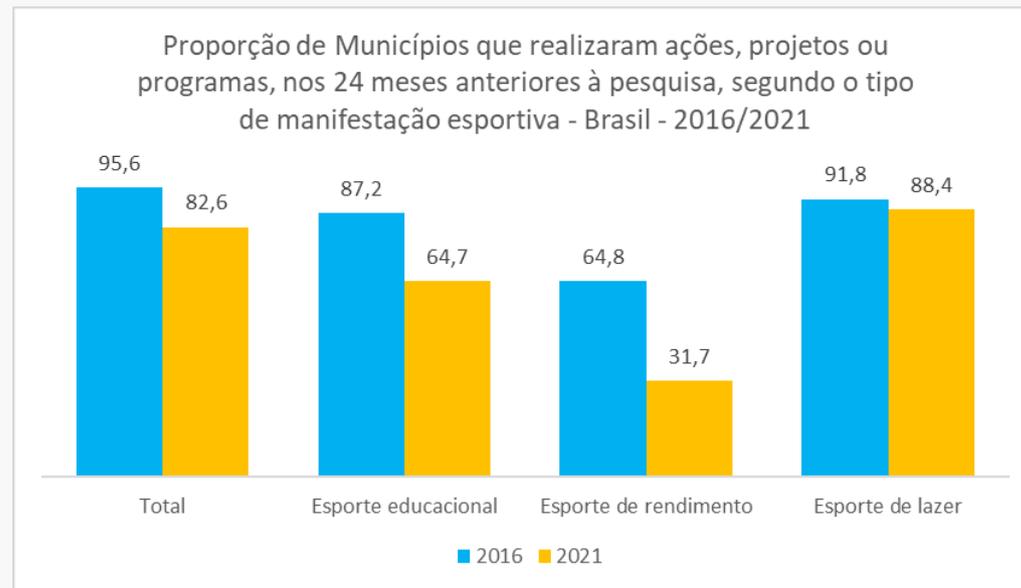
- Em 2021, 1458 informaram a existência de Conselho Municipal de Esporte, sendo esse número 1 161 em 2016.
- O Conselho Municipal de Esporte se encontrava ativo em 1029 Municípios.
- A Região Nordeste foi a única onde menos da metade das municipalidades com Conselho o declararam ativo.
- Com relação aos resultados da ESTADIC 2021, 15 Unidades da Federação informaram a existência de Conselho Estadual de Esporte, valor menor do que encontrado em 201 quando esse quantitativo foi de 16.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2021

Ações, projetos ou programas executados pelos Municípios na área do esporte

- Houve uma queda da proporção de Municípios que executaram ações, projetos ou programas na área do esporte, entre 2016 e 2021, passando de 95,6% para 82,6%.
- Quanto mais populosos, maior a proporção de Municípios que executaram alguma ação, projeto ou programa, chegando a 98,0% entre aqueles com mais de 500 000 habitantes.
- Em termos regionais, cabe destaque à Região Norte, onde 85,3% das municipalidades o fizeram.
- Tanto em 2021, como em 2016, as proporções foram mais elevadas na manifestação esportiva na área do esporte de lazer.

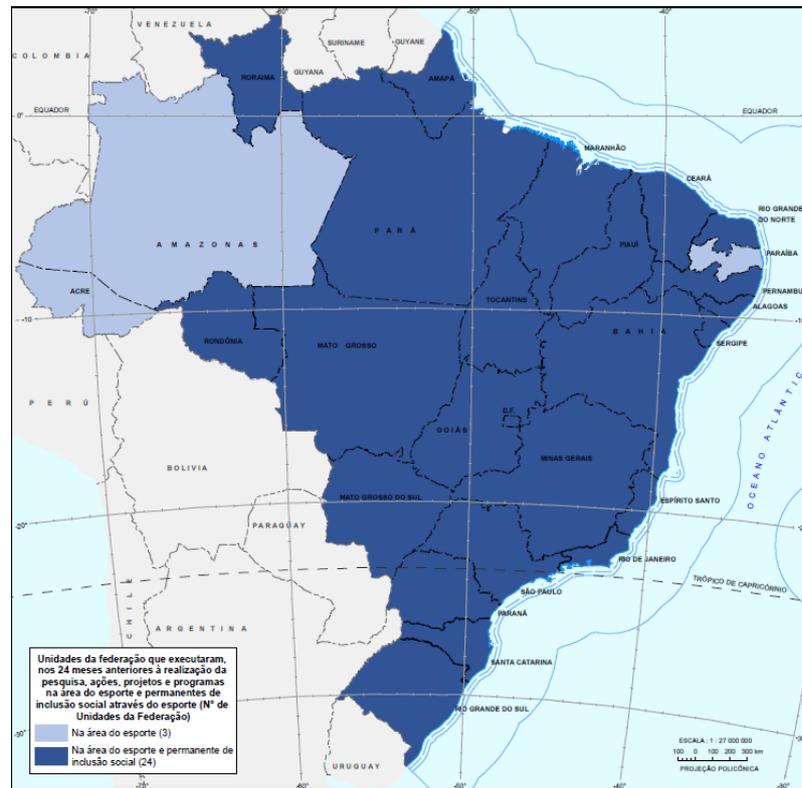


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016/2021

Ações, projetos ou programas executados pelas Unidades da Federação na área do esporte

- Todas as Unidades da Federação executaram ações, projetos e programas na área do esporte, em pelo menos uma das manifestações esportivas.
- No Estado do Acre, isso se verificou apenas no esporte educacional, e, na Paraíba, no esporte de rendimento.
- Nos Estados de Rondônia e Amazonas, tais iniciativas contemplaram o esporte de rendimento e o de lazer.
- Nos Estados de Roraima e Amapá, o esporte educacional e o de lazer.
- Em Goiás o esporte educacional e o de rendimento.
- Quanto às ações, **projetos e programas permanentes de inclusão social** por meio do esporte, à exceção dos Estados do Acre, Amazonas e Paraíba, as demais Unidades da Federação (24) realizaram tais iniciativas.

IBGE Unidades da federação que executaram, nos 24 meses anteriores à realização da pesquisa, ações, projetos e programas na área do esporte e permanentes de inclusão social através do esporte – 2021



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2021.

Instalações esportivas de responsabilidade da gestão municipal

- Nos Municípios com instalações esportivas de responsabilidade da gestão municipal, quadra de esporte, ginásio e campo e/ou estádio de futebol tinham as maiores proporções.
- Por outro lado, autódromo, pista para hipismo, velódromo, tanque para saltos ornamentais e campo de golfe, as menores.



Instalações esportivas de responsabilidade da gestão estadual

- Em 2021, apenas o Estado de Minas Gerais declarou não possuir nenhuma instalação esportiva de responsabilidade da administração pública estadual.
- Das 26 Unidades da Federação com instalações esportivas, todas informaram a existência de quadra de esporte; 24, de ginásio; e 23, de campo (futebol, futebol *society*, *rugbi*, hóquei sobre grama) ou estádio (futebol, *rugbi*).

Unidades da Federação com instalações esportivas de responsabilidade da gestão pública estadual, segundo o tipo de instalação - Brasil – 2021



SAÚDE

Estrutura da Gestão Municipal de Saúde

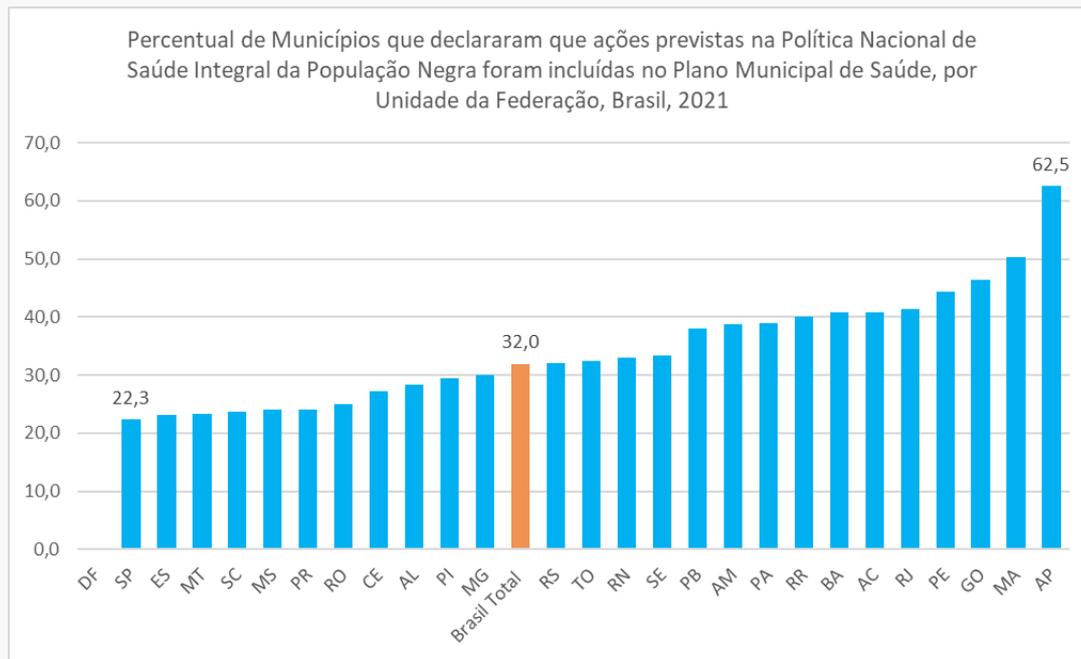
- A estrutura da gestão de saúde predominante entre os Municípios é a de secretaria exclusiva, cujo percentual foi de 91,6% do total.
- Destaca-se o aumento ocorrido dessas estruturas de gestão da saúde nos Municípios com tamanho populacional até 5 000 habitantes, cujos percentuais evoluíram de 67,8% em 2009 para 84,6% em 2021

Classes de tamanho da população dos municípios	Percentual de municípios com Secretaria de Saúde exclusiva (%)			
	2009	2014	2018	2021
Até 5 000 hab.	67,8	82,4	84,0	84,6
De 5 001 a 10 000 hab.	79,8	89,4	90,5	89,3
De 10 001 a 20 000 hab.	87,2	92,9	94,4	94,6
De 20 001 a 50 000 hab.	90,7	94,9	94,4	95,4
De 50 001 a 100 000 hab.	94,3	93,7	96,3	95,8
De 100 001 a 500 000 hab.	95,3	96,2	97,0	97,5
Mais de 500 000 hab.	92,5	87,2	95,7	98,0
Total	82,5	90,3	91,5	91,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2021

Ações da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra prevista no Plano Municipal de Saúde

- A existência de ações previstas da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) no Plano Municipal de Saúde foi informada por 32,0% dos Municípios em 2021.
- A Região Nordeste foi a que apresentou o maior percentual (37,4%), seguida pela Região Norte (36,2%).
- Entre as Unidades da Federação, esse percentual variou de 22,3% em São Paulo, a 62,5% no Amapá.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2021

Estratégias de gestão municipal das unidades de saúde

- O número de Municípios e de estabelecimentos de saúde sob sua responsabilidade, administrados por terceiros, vem aumentando e se disseminando, passando de 685, em 2018, para 891, em 2021.
- O número de estabelecimentos terceirizados passou de 3.013, em 2018, para 4.194 em 2021.
- Esse processo ainda se encontrava concentrado na Região Sudeste, onde 26,0% dos Municípios apresentavam esse modelo de gestão.

Número e percentual de Municípios com terceirização de estabelecimentos municipais de saúde e número de estabelecimento de saúde de responsabilidade da gestão municipal

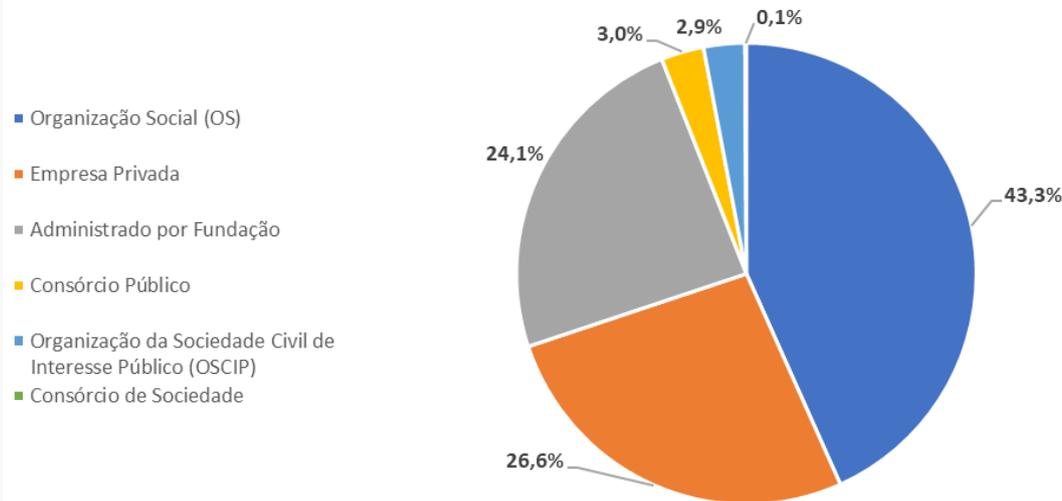
Grandes Regiões	Municípios	Municípios com terceirização de estabelecimentos municipais de saúde		Estabelecimentos municipais de saúde terceirizados
		Número	Percentual (%)	
Brasil	5570	891	16,0	4194
Norte	450	26	5,8	48
Nordeste	1794	178	9,9	679
Sudeste	1668	434	26,0	2683
Sul	1191	197	16,5	657
Centro - Oeste	467	56	12,0	127

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2021

Estratégias de gestão estadual das unidades de saúde

- Em 2021, 77,8% ou 21 Unidades da Federação afirmaram possuir estabelecimentos de saúde de responsabilidade da gestão estadual administrados por terceiros.
- Roraima, Tocantins, Rio Grande do Norte, Paraíba, Minas Gerais e Mato Grosso afirmaram não adotar esse modelo de gestão da saúde.
- O tipo de administrador mais presente eram as Organizações Sociais (OS), presentes em 15 Ufs.

Distribuição percentual dos estabelecimentos de saúde de responsabilidade da gestão estadual administrados por terceiros, por tipo de órgão administrador - Brasil - 2021



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2021

Programas, políticas ou ações dos Municípios na política de Atenção Básica de Saúde

- Enquanto na Região Sudeste era menor a oferta de serviços como a promoção do uso da caderneta de saúde do adolescente e de pré-natal masculino, nas Regiões Norte e Nordeste era menor o percentual de Municípios que ofereciam os testes, para o recém nato, do pezinho, orelhinha e coraçãozinho.
- Em 2021, destacou-se o teste de HIV e de sífilis, além do teste do pezinho, ambos presentes em mais de 90% dos Municípios.

Brasil e Grandes Regiões	Percentual de Municípios com algumas políticas, programas e/ou ações da área de saúde						
	Promoção do uso da caderneta de saúde do adolescente	Pré-natal masculino / parceiro	Testagem de HIV e sífilis para gestante	Teste do pezinho	Teste da orelhinha	Teste do olho	Teste do coraçãozinho
Brasil	51,2	45,1	94,8	91,1	42,1	32,7	18,0
Norte	67,6	49,6	96,2	91,6	21,6	15,3	11,1
Nordeste	70,3	47,0	95,1	91,0	30,8	22,1	11,1
Sudeste	32,1	38,2	93,5	90,6	49,7	39,6	20,8
Sul	41,8	48,4	95,9	91,3	58,4	45,8	28,0
Centro - Oeste	53,7	49,9	94,4	92,5	36,8	31,9	15,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2021

Oferta de serviços de alta e média complexidade e sua distribuição pelos Municípios

- Os estabelecimentos, públicos ou conveniados ao SUS, com serviço de nefrologia estavam presentes em 18,0% dos Municípios.
- Os leitos/berços de UTI neonatal estavam disponíveis para 11,9% dos Municípios.
- Os leitos/berços de cuidados intermediários estavam disponíveis em 43,2% dos Municípios brasileiros.
- Todos os serviços investigados foram mais frequentes nos Municípios mais populosos, com percentuais acima de 90% naqueles com população maior que 500 000 habitantes.
- À exceção dos serviços de leitos e berços de cuidados intermediários, evidenciou-se uma baixa oferta de serviços de alta e média complexidade em termos de distribuição regional.

Classes de tamanho da população dos municípios	Percentual de municípios com estabelecimento público ou conveniado ao SUS com		
	Serviço de nefrologia (Hemodiálise e Diálise Peritoneal Intermitente)	Leitos/berços de unidade de terapia intensiva neonatal	Leitos/berços de cuidados intermediários
Brasil	18,0	11,9	43,2
Até 5 000	13,3	7,0	21,8
De 5 001 a 10 000	10,2	6,9	31,2
De 10 001 a 20 000	9,5	6,0	42,8
De 20 001 a 50 000	14,6	7,9	57,8
De 50 001 a 100 000	44,4	28,5	74,0
De 100 001 a 500 000	80,1	64,3	86,6
Mais de 500 000	93,9	93,9	95,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2021

Unidades e instalações de saúde da gestão estadual

- Em 2021, havia 87 hospitais de ensino e pesquisa de responsabilidade da gestão estadual, distribuídos entre 19 Unidades da Federação (70,4% do total).
- Os estabelecimentos de saúde públicos estaduais que realizam parto hospitalar estavam presentes em praticamente todas as Unidades da Federação, à exceção do Rio Grande do Sul, totalizando 554 estabelecimentos.
- Os Centros de Parto Normal, assim como as Casas de Gestante, Bebê e Puérpera estavam presentes em 14 Unidades da Federação, em um total de 27 Centros de Parto Normal e 26 Casas de Gestante, Bebê e Puérpera. Em Rondônia, Sergipe, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás não foi referida a existência de nenhum desses serviços.
- As instituições de responsabilidade da gestão estadual com atendimento específico a usuários de drogas ilícitas foram identificadas em 22 Unidades da Federação (81,5%), com 94 instituições estaduais.

COVID 19

APENAS MUNICÍPIOS

Existência de locais com condições de realizar testes

Brasil

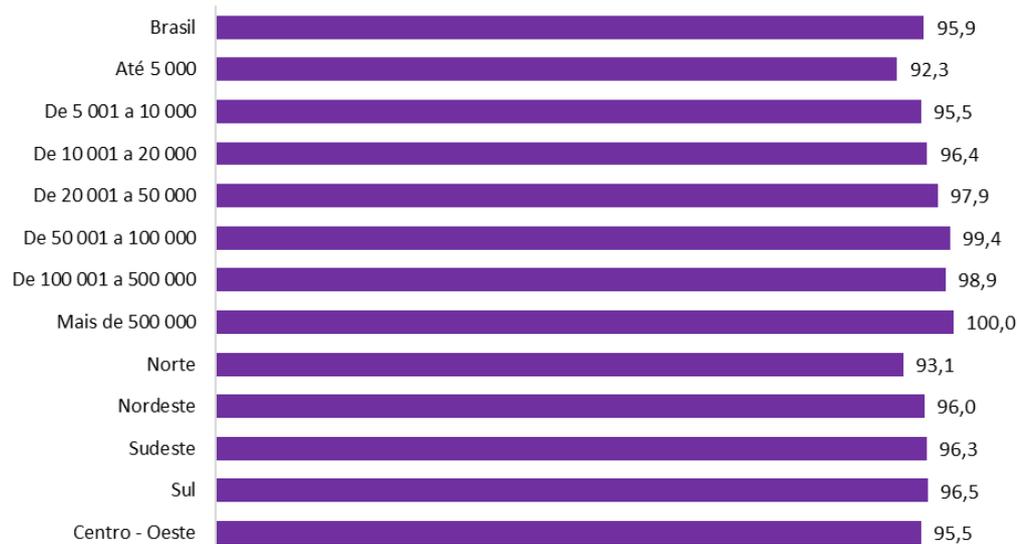
Em 5.393 Municípios (95,9%) havia locais com condições de realizar testes PCR ou sorológicos em pacientes suspeitos de COVID-19.

Grandes Regiões / Classes de tamanho da população:

Mais de 92% contavam com essa estrutura.

Municípios com mais de 100 000 habitantes: todos informaram a existência desse local

Proporção de Municípios com existência de local, público ou privado, com condições de realizar testes PCR ou sorológicos em pacientes suspeitos de COVID-19, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos Municípios - 2021



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2021

Casos confirmados de COVID-19

5.549 (99,6%) Municípios informaram que tiveram casos confirmados clinicamente ou laboratorialmente de COVID-19.

19 informaram não ter caso confirmado;

9 com população até 5 000 habitantes,

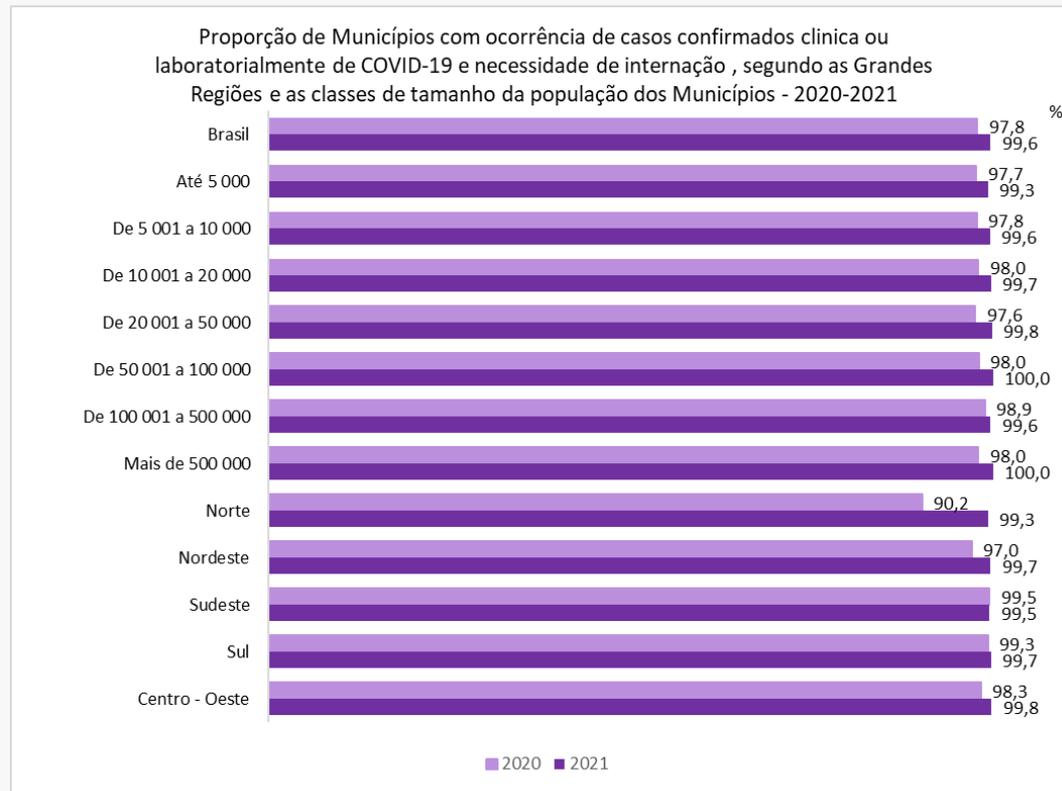
5 com 5 001 a 10 000 habitantes,

4 com 10 001 a 20 000 habitantes e

1 com 20 001 a 50 000 habitantes

2021: 5.549 (99,6%)

2020: 5.449 (97,8%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2020/2021

Tendas de triagem

Brasil

Dos 5.549 Municípios com casos confirmados houve a instalação de tendas de triagem em 3 704 (66,8%). Em 2020 eram 3 065 (56,2%).

Grandes Regiões por concentração de Municípios com instalação de tendas

Norte (75,4%), Nordeste (71,0%), Sudeste (59,0%), Sul (66,2%) e Centro-Oeste (71,0%).

Estados

maiores proporções

Roraima (93,3%), Rio de Janeiro (85,9%), Sergipe (82,7%) e Amapá (81,3%).

menores proporções

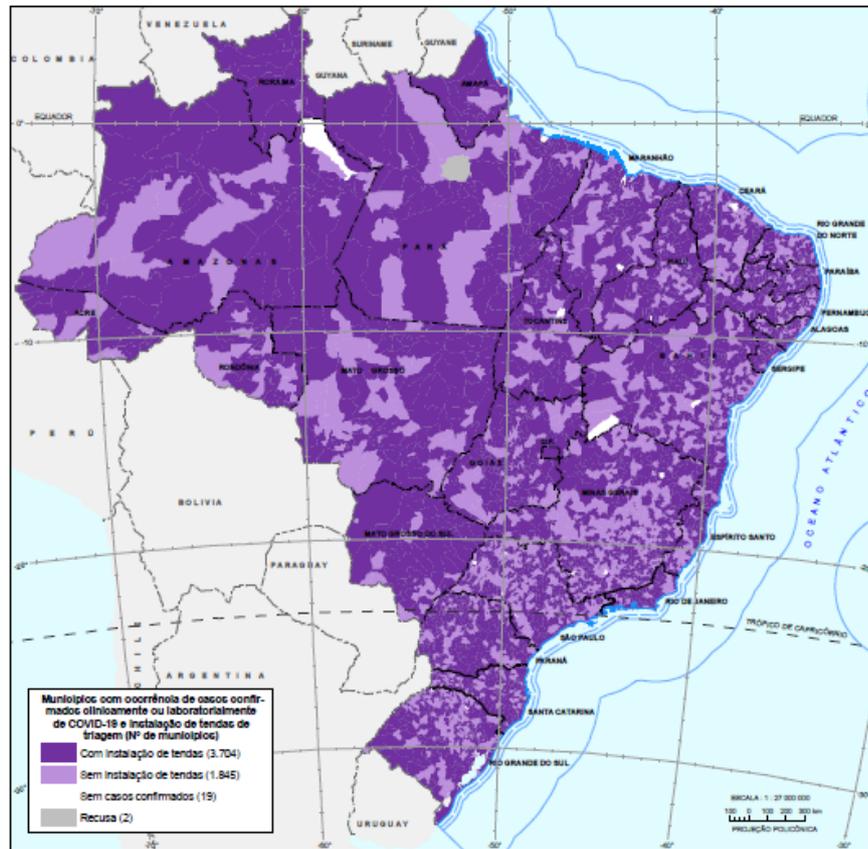
São Paulo (58,5%), Rio Grande do Sul (56,8%) e Goiás (56,4%).

Classes de tamanho da população:

Quanto maior a classe, maior a proporção com essa estrutura: 81,6% nos com mais de 500 000 habitantes.



Municípios com ocorrência de casos confirmados clinicamente ou laboratorialmente de COVID-19 e instalação de tendas de triagem - Brasil - 2021



Municípios com necessidade de internação

Brasil

2021: 5.517 (99,4%)

2020: 5.109 (93,8%)

Grandes Regiões

Maior proporção: Centro-oeste (100%)

Menor: Nordeste (99,0%)

Municípios

Em 32 Municípios não houve necessidade de internação.

Roraima, Pará, Paraíba, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul (1);

Tocantins e Alagoas (2);

Rio Grande do Norte e do Paraná (3);

Maranhão e de Minas Gerais (4)

Piauí (6)



Municípios com necessidade de internação e ocorrências informadas

Número de internações ultrapassou a capacidade de leitos e de unidades de tratamento intensivo (UTI) públicos ou privados conveniados ao SUS:

2021: 48,1%

2020: 23,6%

Necessidade de manter pessoas por mais de 24 horas em unidades sem internação:

2021: 51,9%

2020: 39,1%

Referenciamento de pacientes para outro Município

2021: 95,8%

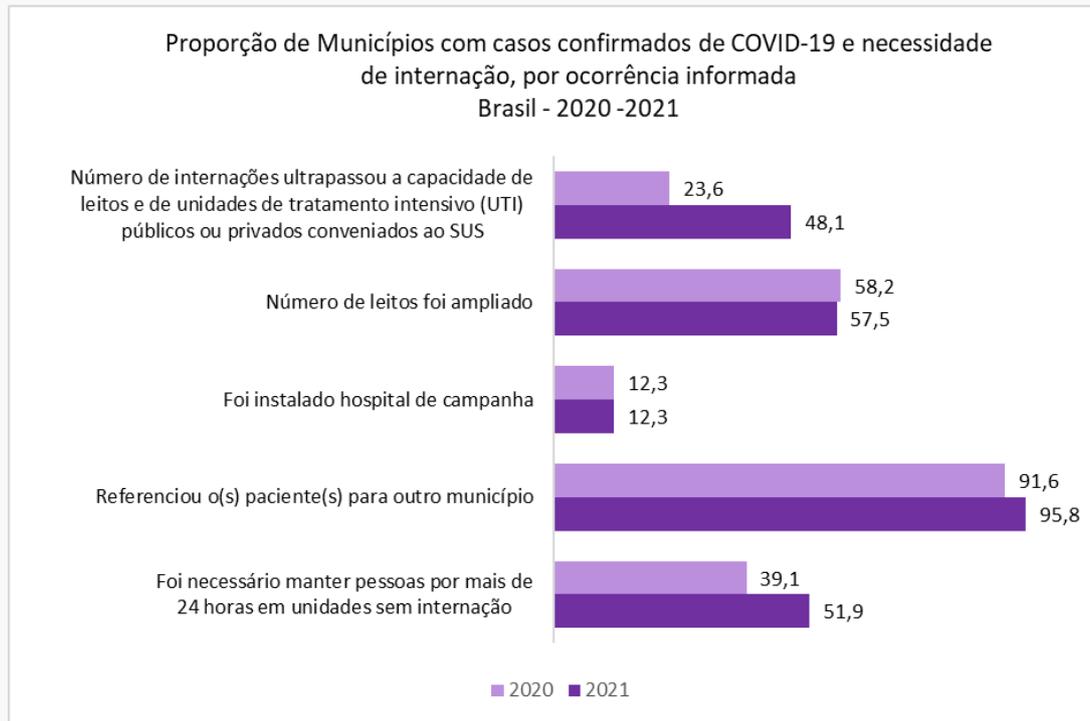
2020: 91,6%

Ampliação do número de leitos

2021: 57,5%

2020: 58,2%

Hospitais de campanha: 12,3%



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2020/2021

Ampliação do número de leitos - estratégias

3.170 Municípios informaram que o número de leitos foi ampliado:

- ampliação da própria estrutura existente: 69,2% (2.193)
- pactuação com o Estado: 1.130, assim como no ano de 2020, quando eram, respectivamente, 63,1% (1.878) e 36,9% (1.099).

Estratégias mais frequentes em 2021:

- Ampliação da própria estrutura
- Ampliação de leitos com pactuação com o Estado



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2020/2021

Óbitos nos Municípios com necessidade de internação

Brasil

Em 2021, dos 5 517 Municípios que declararam que houve necessidade de internação das pessoas que contraíram a COVID-19, 5 468 (96,1%) informaram a ocorrência de óbito. No ano de 2020, os óbitos ocorreram em 88,8% dos 5 109 Municípios com internação.

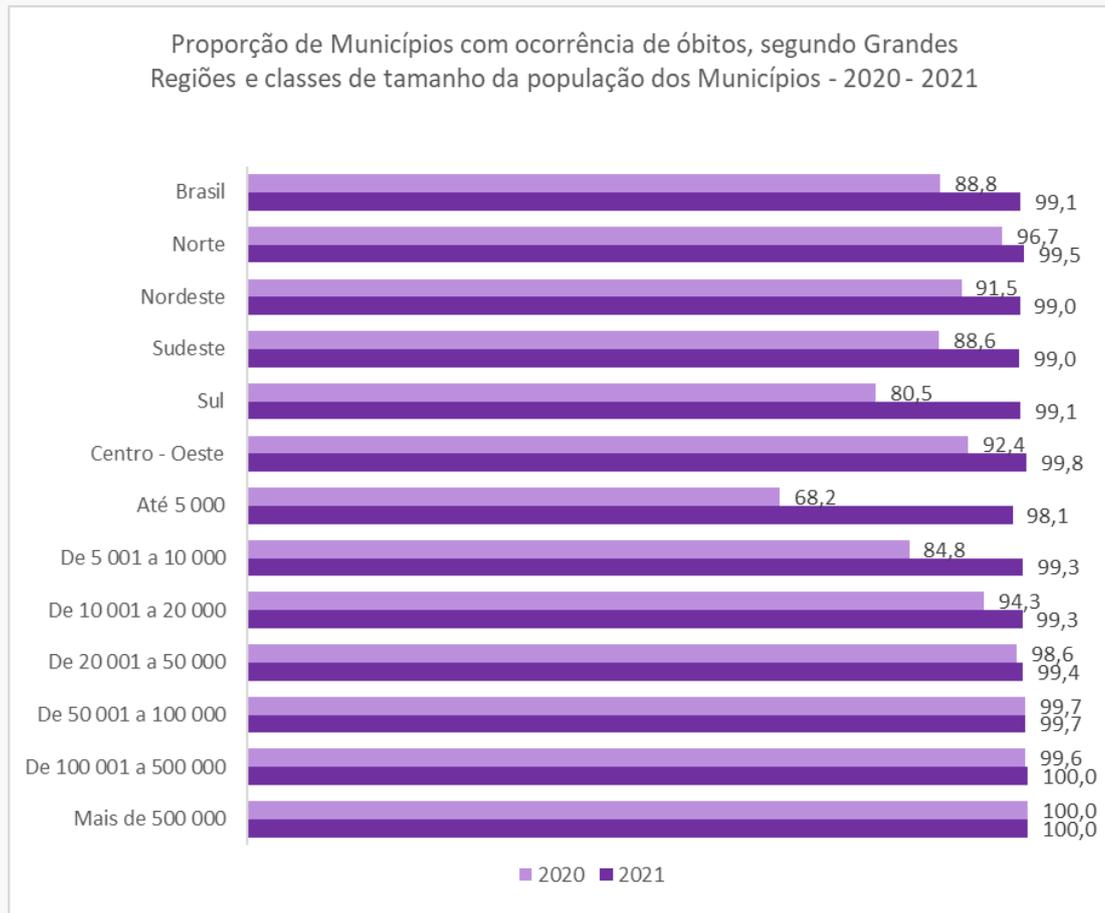
Grandes Regiões

Centro-Oeste: 99,8% - a maior proporção dos com essa ocorrência.

Nordeste e Sudeste: 99,0% - a menor.

Classes de tamanho da população

Correlação positiva entre grandeza populacional e a ocorrência de óbito, chegando a 100% dos com mais de 100 000 habitantes.



2023 - MUNIC / ESTADIC

RECURSOS HUMANOS

ASSISTÊNCIA SOCIAL

TRABALHO E INCLUSÃO PRODUTIVA

SEGURANÇA ALIMENTAR

POLÍTICA PARA MULHERES

SEGURANÇA PÚBLICA

DIREITOS HUMANOS

PRIMEIRA INFÂNCIA

Mais informações
www.ibge.gov.br